

HOMENS DO MATO

Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública

ISSN 1981-6308 / ISSN ON LINE 2359-5124

Vol. Edição Especial - Ano 2018 Jul / Dez.



CENTRO DE PESQUISA



Distintivo de Farda do
Centro de Desenvolvimento e Pesquisa – CDP
Polícia Militar do Estado de Mato Grosso





REVISTA HOMENS DO MATO - ISSN 2359-5124
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO

Vol. Edição Especial - Ano 2018

Jul. a Dez.

“HOMENS DO MATO”

Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública criada pela Portaria nº 003/APMCV de 12 de julho de 2005 – ISSN 2359-5124

PRODUÇÃO

Conselho Editorial sob a gerência do Msc. Sebastião Carlos Rodrigues da Silva, Oficial da Polícia Militar de Mato Grosso.

CONSELHO EDITORIAL

Editor Geral: Msc. Sebastião Carlos Rodrigues da Silva

Membros:

Dr. Antonio Carlos Monteiro de Castro	Msc Enzi Cerqueira Almeida Jr.
Dr. Einstein Lemos Aguiar	Msc. Jamil Queiróz
Dra. Maria Aparecida Morgado	Msc. Leo Torres Santos
Dra. Rochele Fellini Fachinnetto	Msc. Maricilda Nascimento Farias Gonçalves
Dra. Suely Dulce de Castilho	Msc. Clarindo Alves Castro
Dra. Diva Maria de Oliveira Mainardi	Msc. Flávio Gledson V. Bezerra
Dr. Almir Balieiro	Msc. Marcos Roberto Gonçalves □
Dr. George Felipe Dantas	Msc. Martim Cabeleira De Moraes Jr. □
Dr. Naldson Ramos da Costa	Msc. Leo Torres Santos
Dr. Ronilson de Souza Luiz	Msc. Anderson Przybyszewski Silva
Dr. Wilquerson Felizardo Sandes	Msc. Claudia Cristina Carvalho
Dr. Gabriel Rodrigues Leal	Msc. Alessandro Souza Soares
Dr. Laudicério Aguiar Machado	Msc. Josemy Brito Silva
Msc. Sebastião Carlos Rodrigues da Silva	Msc Francisco Thiago Rocha Vasconcelos
Msc. Nágila de Moura Brandão	-

Editores de seção:

Msc Enzi Cerqueira Almeida Jr.

Msc. Sebastião Carlos Rodrigues da Silva

Editoração Eletrônica e arte da capa: Msc. Enzi Cerqueira Almeida Jr.

Revisão gramatical: Msc. Sebastião Carlos Rodrigues da Silva.

Capa: Distintivo de Farda do Centro de Desenvolvimento e Pesquisa - CDP - PMMT

REVISTA HOMENS DO MATO. Polícia Militar de Mato Grosso – PMMT. Centro de Desenvolvimento e Pesquisa, Vol. Edição Especial, 2018.

Periodicidade Semestral

ISSN 2359-5124

1. Polícia Militar, 2. Centro de Desenvolvimento e Pesquisa, 3. Segurança Pública, 4. Título, 5. Periódico.

EDITORIAL DA RHM - EDIÇÃO ESPECIAL 2018

Senhores (as) leitores (as),

Socialização secundária, Estado e sociedade em tensão, a relação entre os povos indígenas e as instituições militares estaduais, a individuação policial militar, o papel da educação na formação dos oficiais, os riscos em associação das doenças metabólicas e cardiovasculares e da atividade policial militar, as Ciências Policiais, a identidade do policial militar em formação e a constituição do corpo policial no Século XIX são temas que de primeira monta parecem não ter muito em comum, mas que, se tomarmos como ponto de partida a instituição Polícia Militar para compreensão de todas essas abordagens, veremos uma proximidade muito maior do que a impressão que se toma na leitura superficial.

É nesse percurso que orgulhosamente busco traçar as linhas deste editorial para convidar o (a) leitor (a) a percorrer as entrevistas de alguns dos muitos pesquisadores existentes na PMMT e assim descortinar um pouco mais nossa briosa instituição. Sim, este número especial de nossa Revista Homens do Mato, em exemplar iniciativa do Ten Cel PM Sebastião Carlos Rodrigues da Silva, Diretor do Centro de Desenvolvimento de Pesquisa da PMMT, apresenta de maneira sintética e muito particular, ao tomar como lócus de partida a voz do próprio pesquisador e assim despertar a curiosidade naqueles que queiram se embrenhar no universo que é a polícia, as pesquisas realizadas por cada um dos entrevistados.

Este signatário, Coronel da Reserva Remunerada da PMMT e doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), além de relatar as trilhas acadêmicas de quem pretende se candidatar a um programa de doutorado, apresenta brevemente seu objeto de pesquisa e sujeitos em ação, o que não dispensa a leitura mais atenta de sua tese para melhor compreensão da socialização secundária desencadeada na experiência profissional junto à Polícia Militar e que reflete nas várias dimensões das ações desenvolvidas pela corporação, seja no aspecto organizacional, institucional ou profissional.

Sebastião Carlos Rodrigues da Silva - Ten Cel PM, titulou-se mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), onde pesquisou a Polícia Comunitária em Mato Grosso, focando sua análise nas tensões advindas das relações entre o Estado e a Sociedade na execução da proposta. Importante frisar que o projeto de polícia comunitária em nosso Estado remonta aos idos de 1999 e tinha como objetivo aproximar a polícia da sociedade e, assim, buscar reduzir as elevadas taxas de violência criminal, tomando-se como lócus de experiência as regiões do Pedra 90, Parque do Lago, Pedregal, Moinho e Jardim Vitória, para citar algumas iniciativas. O autor, em sua entrevista, aborda as distinções entre filosofia e estratégia de polícia comunitária e como trabalhar para que polícia e comunidade caminhem em conjunto na solução dos problemas comuns.

O Ten Cel PMMT Benedito Lauro da Silva, descendente da etnia indígena Kurâ Bakairi da região de Nobres - MT, concluiu seu mestrado em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), apresentando vasta experiência e vivência profissional, questionou a temática indígena em relação à formação policial militar, sobretudo em relação aos conhecimentos sobre a organização, as manifestações culturais e línguas dos povos ameríndios, denunciando o processo de colonialidade que invisibiliza a imagem e a vida dos indígenas.

A Ten Cel PMMT Fernanda Leonel Machado, mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), buscou compreender o processo de individuação do sujeito que se vê dentro da instituição polícia militar e como ele se torna o que é, sem estática ou definição do ser, numa profusão de “intensidades e forças”, variantes de indivíduo para indivíduo.

A formação dos oficiais das polícias militares foi tema de doutorado em Educação, concluído pela Ten Cel PMMT Diva Maria de Oliveira Mainardi junto à Universidade Metodista de Piracicaba, englobando como as questões interferentes na formação policial.

Almir de França Ferraz, Major PMMT, mestre em Educação Física pela Universidade São Judas (USJT), pesquisou os fatores de risco associados às doenças metabólicas e cardiovasculares em policiais militares do Estado de Mato Grosso, buscando melhor compreender as limitações físicas decorrentes do sedentarismo,

lesões e fatores de risco dos policiais militares submetidos aos cursos de formação e aperfeiçoamento PMMT.

O Major da PMMT Gabriel Rodrigues Leal, Doutor em Educação pela PUC/SP, aborda os “Fundamentos das Ciências Policiais: da barbárie à segurança pública”, onde o autor se volta contra o argumento de que as ciências policiais são precedidas na análise sobre o trabalho policial pelas demais ciências humanas, em especial, a sociologia. Para ele a “sensação de segurança” é o objeto das ciências policiais, pois estas visam ajustá-la ao regime de direitos e deveres nas mais diversas sociedades.

Anderson Przybyszewski Silva, Subtenente PMMT, é mestre em Antropologia pela UFMT, onde pesquisou a (re) construção de uma identidade do policial militar em formação, destacando as discussões sobre segurança pública, sobretudo pelo momento social e político de várias proposituras de reformas políticas, sendo a formação de novos policiais militares o ponto de partida a ser considerado para o estabelecimento de um outro patamar de qualidade no serviço de segurança pública, amplamente contestado na atualidade.

O rol de entrevista é fechado com as palavras de David Campos Martins, Cabo PMMT, mestre em História pela UFMT, onde desenvolveu sua dissertação sobre a formação do corpo policial na Província de Mato Grosso no século XIX (1831-1858) com realce às inúmeras funções que o Corpo Policial detinha à época em pesquisa e durante o tempo que ocorre a consolidação da instituição policial militar mato-grossense.

Bom, sem mais delongas, creio que caiba ao leitor realizar a crítica, após percorrer as páginas deste número da RHM, que certamente já marca a história da Polícia Militar de Mato Grosso por trazer ao conhecimento do público a trajetória e o espaço para que os pesquisadores policiais militares pudessem se manifestar.

Boa Leitura!

Edson Benedito Rondon Filho – Cel PMMT RR

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA - CDP

A polícia tem seu nome oriundo do grego *politeia*, que remete a *pólis* (cidade), e cujo conceito, a partir de Platão e Aristóteles, é alterado e passa a remeter a duas ordens de realidades distintas, uma para designar um conjunto de leis e regras concernentes à administração das cidades, isto é, à ordem pública, à moralidade, à salubridade; e outra para designar os responsáveis por guardar as leis, conforme nos diz Platão. No final da Idade Média, com o advento do Renascimento e juntamente com as artes clássicas greco-romanas, o direito romano foi redescoberto e passou a ser ensinado nas principais universidades da época, tais como as de Bolonha, Pádua, Paris, Colônia e Leipzig, e trouxe consigo um novo conceito de polícia.

No século XVI, o termo polícia, remetia à atividade governamental de promulgar as regras que regiam as condições de vida social. Porém, no início do século XVIII, os franceses passaram a considerar que à polícia consistia em assegurar a execução das leis e regras, e não a regulamentação social ou judiciária de conflito entre particulares. Daí por diante, a polícia, através de seus agentes, bastante numerosos e organizados, começaram a atuar nas atividades de policiamento. Sobre a polícia, o campo possível de viabilizar pesquisas era o passado, e as primeiras pesquisas aparecem, especialmente voltadas para a polícia militar do estado de São Paulo e sua atuação como um exército local nos primeiros anos da República.

A historicidade da polícia no Brasil é marcada mais pelo momento 1808, a transmigração da família real portuguesa, do que por contatos com o século XVIII. O período em que a coroa portuguesa esteve no Brasil se situa num lugar bastante específico, entre o século XVIII e o Brasil independente. É o momento em que a datação tradicional consagra a criação tanto da Intendência Geral de Polícia (1808) como da Guarda Real de Polícia (1809), ponto de fundação da Polícia brasileira. São os primeiros organismos públicos a carregarem em seu nome a concepção de polícia,

nos obrigando a refletir sobre os conteúdos históricos e os nexos dessas definições., (GOMES, 2007)¹

No início da atividade da Polícia Militar no Brasil a precariedade e desencontros são presentes e parece indicar uma imersão dos sistemas policiais no cotidiano das sociedades com pouco impacto transformador, fazendo com que a tensão entre ação pública, poder local e normas tradicionais seja um tema de grande complexidade no interior brasileiro. Representantes de um Estado que até então não estava presente, essas instituições policiais vão reproduzindo e se integrando à

práticas do mando local, instaurando versões distintas da luta pelo monopólio da força, mas neste caso com um

uso da força física fora de qualquer controle – ruma-se ao modelo contemporâneos que se alicerça com a redefinição do papel das polícias pós Constituição de 1988.

Em Mato Grosso, com a criação da Capitania, em 1748, e a vinda de Dom Antonio Rolim de Moura, surgiu a necessidade de se criar uma força repressiva permanente, uma companhia de ordenança constituída por homens pardos (tropa de 3ª linha). A partir do fim da Guerra do Paraguai, quando as forças policiais se reorganizam e a Guarda Nacional começa a perder seu caráter policialesco, percebe-se o avanço de organizações policiais atreladas ao poder central, via presidente de província e ministro da Guerra. Esses aparatos passam a receber a fatia orçamentária mais avantajada das rendas provinciais e ganham preeminência em relação a outras forças policiais de caráter local ou municipal. (site da PMMT). A data de criação da PMMT é de 05 de Setembro de 1835.

No final do século XIX, observa-se que, por força da Constituição Estadual de Mato Grosso, promulgada pelo Congresso Constituinte do Estado, em 30 de julho de 1891, no seu artigo 63, § único: “Dentro dos limites da lei, ela será essencialmente obediente e 27 sujeitar-se-á à disciplina que for decretada de acordo com as leis

¹ GOMES, Laurentino. 1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

federais. O governador do Estado exercerá o seu comando em chefe competindo-lhe a nomeação dos respectivos oficiais.”.

Em meados do século seguinte (XX) editava-se o Decreto-lei n. 778, de 10 de agosto de 1946, criando o Centro de Instrução Militar na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, com o objetivo de formar e aperfeiçoar oficiais e praças da Força Pública (Polícia Militar). Contudo, apesar dessa determinação, tal medida não foi tomada nem pelo próprio Estado, nem pela Força Pública de Mato Grosso (Polícia Militar), por motivos pouco esclarecidos. O processo de criação do C.I.M. culminou com a promulgação da Lei n. 480, de 22 de agosto de 1952, na qual, efetivamente, o governo do Estado instituiu o CIM, primeiros passos desse pensamento que hoje se apresenta como Instituição de Ensino Superior (IES) as duas Unidade de Em sino formadora de profissionais da PMMT.

Atualmente, falando em transformação, precisamos lembrar do processo que culmina na consolidação das escolas como vanguarda em matéria técnica, com professores mestres e doutores, obtendo currículos adequados e uma filosofia que conjuga progresso e tradição. O ensino da Polícia Militar de Mato Grosso, seja na Academia de Polícia Militar Costa Verde - APMCV, ou na Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Praças - ESFAP, respectivamente a primeira de oficiais recebendo o certificado de Bacharel em Segurança Pública e a segunda as nossas praças Tecnólogos em Segurança Pública.

A ESFAP passa por quatro décadas de existência e por optar em alcançar através do desafio, o “policial ideal”, a escola abriu as portas para os professores civis, vindo das universidades públicas e privadas, bem como praças e oficiais mestres e doutores, inseriu a matriz curricular nacional da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça - SENAP/MJ, elevou o nível de formação de soldados à Tecnólogo em Segurança Pública pelo Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso - CEE/MT.

Em contribuição ao sistema de Ensino da PMMT, surge a inovação que se firma na promoção, realização e implantação de estudos aprofundados atinentes à tríade: instituição policial - seara acadêmica - sociedade - funda-se o Centro de Desenvolvimento e Pesquisa - CDP da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

O Centro de Desenvolvimento de Pesquisa, foi instituído pelo Art. 16 da Lei Complementar nº 386, de 05 de março de 2010 e tem o objetivo de realizar e apoiar as pesquisas realizadas no âmbito da PPMT ou correlatas a problemas que diretamente ou indiretamente afetem a organização policial militar, sempre em alinhamento aos temas: segurança pública e sociedade. Integra e realiza a descrição pormenorizada do programa plurianual de pesquisa e/ou de apoio instrumental, incluindo os projetos correspondentes, objetivos, justificativas, estimativas de duração, cronograma de atividades e fontes de recursos previstas.

As atividades desenvolvidas junto as linhas de pesquisas estabelecidas que têm seguido “*os eixos temático*” da Revista Científica da PMMT – Revista Homens do Mato (RHM).

O Centro de Desenvolvimento de Pesquisa (CDP) é composto por Coordenadoria; Assessoria de Ciência e Pesquisa do Centro de Desenvolvimento e Pesquisa; Assessoria em Tecnologia da Informação do Centro de Pesquisa; Assessoria Administrativa do Centro de Desenvolvimento e Pesquisa – todos os seus integrantes são policiais militares que além da capacitação técnica profissional interna, possui titulação acadêmica em universidades brasileiras (mestrado e doutorado) em áreas que dialogam com a seara de atribuição e atividade laboral do policial militar. O Centro de Pesquisa coopera com os cursos de formação, qualificação e aperfeiçoamento profissional oferecidos pelas IES que compreendem o sistema de ensino da PMMT e integram à Diretoria de Ensino da PMMT.

A Revista Homens do Mato é um periódico (hoje) semestral da Polícia Militar do Mato Grosso com articulação e rede de difusão com objetivo de fomento às boas práticas e compartilhamento de experiências na/com as organizações policiais civis e militares, instituições de ensino superior e a sociedade civil, no campo da segurança pública, de responsabilidade do Centro de Desenvolvimento de Pesquisa da PMMT.

A Revista Homens do Mato, teve seu primeiro volume versão impressa, publicado no ano de 2005 (segundo semestre), no comando do então Comandante Geral - Coronel PM Coronel Leovaldo Emanuel Sales da Silva.

O lançamento da revista foi um marco na história da instituição em razão do incentivo à produção científica na área de Segurança Pública gerado pela edição da

revista. O marco jurídico se deu através da Portaria nº 003/APMVC, de 12 de julho de 2005, que criou a revista baseada em processos metodológicos para a construção de conhecimento acadêmico, além de oportunizar o corpo docente e discente a publicar artigos científicos relacionados ao perfil de cada curso da instituição. As normas de edição foram aprovadas pela Portaria nº 004/APMVC, de 12 de julho de 2005, que estabeleceu a periodicidade semestral para revista. O Conselho Editorial da revista era composto por Oficiais da PMMT com titulação mínima de especialista e profissionais (docentes da APM) com titulação de mestres e doutores. Algumas características marcaram a Revista Homens do Mato (RHM) como a capa que reproduz fotografia das unidades policiais militares da PMMT e a contracapa (fundo) que divulga o Hino de Mato Grosso, cuja letra é de autoria de Dom Francisco de Aquino Correa.

Em 2014, surgiu a necessidade de reconfigurar a Revista “Homens do Mato”. O, há época, Ten Cel PM Edson Benedito Rondon Filho auxiliado pelo Ten Cel PM Sebastião Carlos Rodrigues da Silva - articulada cientificamente para fomento das boas práticas e compartilhamento de experiências na/com órgãos policiais civis e militares, instituições de ensino superior e sociedade civil, no campo da segurança pública. Considerando ainda a necessidade de articular, divulgar, fomentar e socializar produções acadêmicas e de grupos de pesquisas das Organizações Policiais, das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas de todo território nacional e internacional com o público interno desta organização, a sociedade civil e a comunidade acadêmica, nos seguintes eixos: a) Polícia e Direitos Humanos; b) Violências, Conflitualidades e Cidadania; c) Gestão e Políticas Públicas.

Na tentativa de promover debates, discussões e produções científicas que possam contribuir com o desenvolvimento cultural, educacional, social e econômico do Estado e da Segurança Pública, o formato eletrônico possibilita a construção de rede e banco de informações sobre as boas práticas e propostas de inovação referentes aos assuntos tratados no âmbito da Segurança Pública.

A Revista Científica da Polícia Militar de Mato Grosso (PMMT) “Homens do Mato”, doravante intitulada RHM - Revista Homens do Mato - Especializada em Assuntos de Segurança Pública foi reconfigurada e passou a ser um periódico em formato eletrônico, em CR-ROM e tipográfico quadrimestral, articulado

cientificamente para fomento das boas práticas e compartilhamento de experiências na/com as organizações policiais, as instituições de ensino superior e a sociedade civil, no campo da segurança pública, disposta na versão on-line em <http://pm.mt.gov.br>. A revista integra o SEER (Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas), cujo software Open Journal Systems (OJS), foi adaptado para a língua portuguesa pelos técnicos do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), canalizando os contatos para a internet. Conta com três eixos temáticos: a) Polícia e Direitos Humanos; b) Violências, Conflitualidades e Cidadania, e c) Gestão e Políticas Públicas:

A Revista Homens do Mato (RHM) é um marco na história da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, além de incentivar os seus integrantes à pesquisa científica e avanços com esse novo pensar em segurança pública, transcendendo barreiras rumo aos anseios da sociedade na consolidação de melhor oferecer seus serviços diuturnamente. Permite a difusão desses trabalhos científicos produzidos em suas edições semestrais, dando passo gigantesco nesse mister quando inaugura e patenteia sua nova etapa na biblioteca virtual do mundo, a internet. O acesso aberto é a nossa nova assinatura, gratuita, ampla, irrestrita e universal. As seções foram alteradas, o que possibilita a publicação, além dos artigos e resenhas, de notas técnicas, relatórios de viagens de estudo, e, relatos de experiências pelas entrevistas realizadas com expoentes profissionais e acadêmicos da área da Segurança Pública.

Dentre as atividades desenvolvidas pelo Centro de Desenvolvimento e Pesquisa, temos a pesquisa com os policiais militares oriundos dos cursos 29º e 30º CFSD, que busca e/ou pretende traçar um perfil profissiográfico desses novos profissionais que adentram à instituição castrense.

O projeto: **O “cohorte” de policiais militares no decênio 2014 - 2023: O caso da socialização profissional na PMMT.** Está sendo desenvolvido pelo Centro de Desenvolvimento e Pesquisa da PMMT. Projeto iniciado pelo, há época Ten Cel PM Edson Benedito Rondon Filho (Dr. Em Sociologia - UFRGS, hoje na inatividade) e hoje conduzido pelo Ten Cel PM Sebastião Carlos Rodrigues da Silva (Mestre em Sociologia - UFMT). Integram à equipe de apoio e desenvolvimento: Enzi Cerqueira de Almeida Júnior - 2º Sgt PM (Mestre em TI - UFMT), Anderson Przybyszewski Silva - Sub Ten PM (Mestre em Antropologia - UFMT), Laudicério Aguiar Machado

- Cb PM (Doutor em Administração - UNIMEP) e Josemy Brito da Silva - Cb PM (Mestre em Física - UFMT). O projeto tem como tema, *“A socialização profissional observada no âmbito da Polícia Militar de Mato Grosso”* - e delimitação *“A socialização profissional dispensada aos ingressantes na Polícia Militar o recorte temporal entre o ano de 2014 a 2024, possibilitando o conhecimento do processo de ensino-aprendizagem do saber técnico profissional e dos valores intrínsecos aos sujeitos de pesquisa e de sua modificação ao longo da vivência no ambiente corporativo”*. O problema da pesquisa se contempla: *Como a socialização organizacional ofertada pela Polícia Militar de Mato Grosso aos seus integrantes interfere na ação profissional de seus membros?*

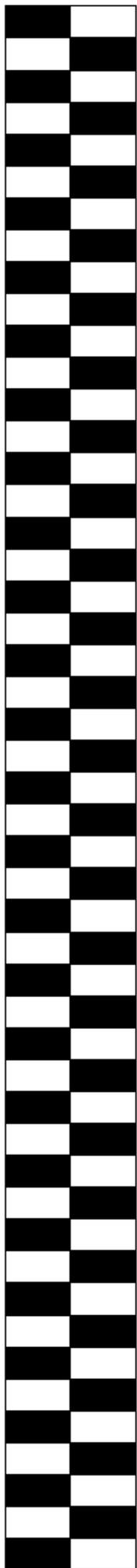
A justificativa da pesquisa e o mergulho profundo se alicerça em pesquisa semelhante ocorrida na França, segundo Edson Rondon, *“(...) a socialização policial foi objeto de pesquisa no ano de 2011 nos países francófonos, resultando em produção específica sobre o tema na revista “Deviance et société” editada na França”*. Iniciativa idêntica ainda não foi observada no Brasil onde a formação e socialização policial é muito pouco pesquisada ou explorada, vigorando estudos tangenciais e indiretos ou em reserva de compreensão às instituições policiais. Nesta perspectiva, é mais que necessário conhecer os processos de socialização das diversas organizações policiais, com ênfase naquelas que possuem estatuto militar, possibilitando assim definir políticas públicas que dinamizem a vida dessas organizações e as preparem para recepcionar as novas gerações que possuem características específicas e, muitas vezes, valores conflitantes com as práticas de socialização organizacional.

O Centro de Desenvolvimento e Pesquisa ocupa lugar de destaque na estrutura de ensino da PMMT, sendo alvo de elogios tanto pela iniciativa, proposta de trabalho e estudos à pesquisa científica, bem como ao suporte que oferece às Instituições de Ensino Superior da PMMT: Academia de Polícia Militar Costa Verde e Escola Superior de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, nos seus mais diversos cursos oferecidos.

SUMÁRIO

SEÇÃO DE ENTREVISTAS		
Coronel PM RR Edson Benedito Rondon Filho <i>Sebastião Carlos Rodrigues da Silva</i>	p.	17.
Ten Cel PMMT - Benedito Lauro da Silva <i>Sebastião Carlos Rodrigues da Silva</i>	p.	33.
Ten Cel PMMT - Diva Maria de Oliveira Mainardi <i>Josemy Brito da Silva</i>	p.	43.
Ten Cel PMMT - Sebastião Carlos Rodrigues da Silva <i>Enzi Cerqueira de Almeida</i>	p.	47.
Ten Cel PMMT - Fernanda Leonel Machado <i>Sebastião Carlos Rodrigues da Silva</i>	p.	69.
Major PMMT - Almir de França Ferraz <i>Josemy Brito da Silva</i>	p.	77.
Major PMMT - Gabriel Rodrigues Leal <i>Sebastião Carlos Rodrigues da Silva</i>	p.	89.
Sub tenente PMMT - Anderson Przybyszewski Silva <i>Enzi Cerqueira de Almeida Junior</i>	p.	97.
Cabo PMMT - David Campos Martins <i>Enzi Cerqueira de Almeida Junior</i>	p.	105.

ENTREVISTA



ENTREVISTA



Coronel PM RR Edson Benedito Rondon Filho
Doutor em Sociologia - UFRGS

*Entrevistado por Sebastião Carlos Rodrigues da Silva
em 09/11/2018*

RESUMO BIOGRÁFICO

Doutor em Sociologia pelo PPGS/UFRGS, na linha de Violência, Criminalização, Cidadania e Direito com estágio doutoral (sanduíche) junto ao Centre de Recherche Sociologique sur le Droit e les Institutions Pénales (CESDIP) / França (2013). Mestre em Educação (IE/ UFMT - 2008). Especialista em Inteligência de Segurança Pública pela FAECC - UFMT (2008). Especialista em Gestão de Segurança Pública pela FAECC- UFMT (2008). Especialista em Segurança Pública com Ênfase em Desenvolvimento Regional pela APMCV (2015). Bacharel em Ciências Sociais (UFMT - 2010). Bacharel em Direito pela UFMT (2001). Graduado no Curso de Formação de Oficiais pela Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás (1994). Formado pelo Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR -1990), Arma de Infantaria, do 44º BIMtz/ Cuiabá - MT.

Pesquisador colaborador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da UFMT. Docente convidado da Pós-graduação em Direitos Humanos aplicados à Segurança Pública da Universidade Federal de Mato Grosso. Docente de Sociologia Jurídica e Criminologia do curso de Direito da Faculdade Católica Rainha da Paz (FCARP). Associado ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e membro do Grupo de Pesquisa em Violência e Cidadania (GPVC) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), do Grupo de Pesquisa em Movimentos Sociais e Educação (GPMSE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e do Núcleo Interinstitucional de Estudos da Violência e Cidadania (NIEVCI) da UFMT. Na Polícia Militar de Mato Grosso exerceu diversas funções, a destacar a Chefia da 1ª Seção, 3ª Seção, 4ª Seção e Relações Públicas do 6º BPM (Cáceres); Comandante da 3ª Cia Destacada / 6º BPM em Mirassol D'Oeste; Comandante da 2ª Cia Destacada / 6º BPM em Pontes e Lacerda; Chefe da Divisão de Feitos Especiais e de Justiça e Disciplina da Corregedoria da PMMT; Assessor Jurídico da PMMT; Comandante da APMCV, Coordenador do Centro de Desenvolvimento e Pesquisa da PMMT, Diretor de Ensino, Instrução e Pesquisa da PMMT. Prêmios e títulos. **2017**- Moção de Aplausos, Câmara Municipal de Cuiabá - Vereador Elizeu Nascimento. **2016** - Amigo do BOPE, Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar de Mato Grosso. **2015** - Moção de Congratulação nº 71/15, Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. **2015** - Moção de Aplausos, Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso - Deputado Sebastião Rezende. **2015** - Amigo do DTCEA-CY (Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Cuiabá), Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo do Comando da Aeronáutica. **2015** - Medalha Mérito de Ensino Policial Militar, Academia de Polícia Militar Costa Verde. **2015** - Diploma de Amigo da Brigada, 13ª Brigada de Infantaria Motorizada - Brigada Barão de Melgaço. **2015** - Medalha do Mérito "Homens do Mato", Polícia Militar de Mato Grosso - Portaria 513/DGP/PM, de 23/11/2015 - D.O. 26665, p. 21. **2014** - Medalha Guardião do Paiaguás, Casa Militar do Governo do Estado de Mato Grosso. **2011** - Moção de Aplauso, Câmara Municipal de Cuiabá. **2009** - Honra ao Mérito por reconhecimento de trabalho prestado junto à Comunidade, Conselho Comunitário de Segurança - Área Central - Rondonópolis - MT. **2004** - Destaque Policial Militar, Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. **2003** - Medalha "Ramos de

Queiroz" - dedicação aos estudos CAO/PMMT, Polícia Militar de Mato Grosso. **2002** - Profissional Padrão do Trimestre (maio-2002), Corregedoria Geral da PMMT. **2002** - Profissional Padrão do Trimestre (agosto - 2002), Corregedoria Geral da PMMT. **2002** - Medalha Passador Bronze - 10 anos de bons serviços prestados, Polícia Militar de Mato Grosso. **2000** - Moção de Aplauso, Câmara Municipal de Pontes e Lacerda - MT. 1994 - Medalha Mérito Intelectual do Curso de Formação de Oficiais - APMGO, Polícia Militar de Goiás. **1994** - Medalha "Ramos de Queiroz" - dedicação aos estudos, Polícia Militar de Mato Grosso. **1990** - Combatente de Melhor Aptidão Física, 44º Batalhão de Infantaria Motorizado - Exército Brasileiro.

RHM - Inicialmente, perguntamos: O que levou o Senhor a abordar e desenvolver uma pesquisa em âmbito de pós-graduação stricto sensu com o tema: socialização dos agentes de segurança pública brasileira?

Encontrar um tema de pesquisa não é tarefa fácil, pois envolve inúmeras variáveis que podem facilitar ou prejudicar o desenrolar dos trabalhos. Primeiro, cumpre esclarecer que meu doutorado foi na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPG), na linha de Violência, Cidadania, Direito e Política, logo a minha proposta deveria estar dentro daquilo que o Grupo de Pesquisa em Violência e Cidadania (GPVC), coordenado pelo meu orientador Dr. José Vicente Tavares dos Santos estava interessado. Falo isso, pois é comum, por parte de mestrados e doutorados, a defesa de autonomia desconectada do grupo ao qual são vinculados. Faço essa afirmação porque em todas as seleções aos programas strictu sensu há uma pergunta fundamental na fase de entrevista, quando se indaga ao candidato sobre a possibilidade de disposição em alterar o tema e mesmo o percurso metodológico de sua dissertação ou tese por interesse e conveniência do grupo de pesquisa ao qual estará subordinado e vinculado. A maioria, na ânsia de entrar nos programas, responde o "sim", mas alguns, após serem selecionados, resistem e muitas vezes, desprovidos de "humildade acadêmica", entram em choque com a linha escolhida, num encapsulamento naquilo que se conhece como "complexo de pseudossuficiência", achando que caminhará de maneira isolada, sem a orientação e a interação necessária. Outros, pelo simples fato do ingresso no PPG, na perspectiva da criatura que devora o criador, resistem e percorrem uma trajetória de construção do trabalho altamente conflituosa, sendo comum desistências e "travamentos" e, muitas

vezes, alianças com grupo rivais e até mesmo a famosa “virada” epistemológica como se pretendessem fazer um “gol contra” na equipe em que está jogando e que o acolheu, em desacerto com o que se exige de ética acadêmica, pois, entendo, ser mais sensato e, até mesmo, coerente a prevalência da hombridade e solicitação de desligamento do programa ou substituição de orientação. Sempre tive muito claro o que queria. Tinha lido todas as obras de meu orientador, antes mesmo de prestar a seleção ao doutorado, e não sei se teria escolhido outro orientador, sempre fui um verdadeiro fã do professor José Vicente Tavares, como sou fã dos Professores Luiz Augusto Passos e Naldson Ramos da Costa, da nossa Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E escolhi a UFRGS porque era lá que se encontrava o curso que eu buscava, com excelentes professores, bom corpo técnico, estrutura adequada e, principalmente, bem avaliado pela CAPES (nota 7). Era a universidade onde eu queria estar e a que escolhi para o meu doutoramento. Logo, com minha aprovação, ficou muito mais fácil trilhar o doutorado, mas tive que mudar a perspectiva de minha tese, uma vez que no momento da seleção apresentei como proposta um estudo sobre modelo de polícia, incluindo os arranjos organizacionais, estatutos e ciclo de polícia, tema que pesquiso desde o início dos anos 2000. Então, meu orientador, ao tomar conhecimento de minha dissertação do mestrado, defendida no Instituto de Educação da UFMT, versando sobre formação policial, e sabendo que no Canadá e na França preparava-se uma pauta sobre socialização policial, perguntou se eu não gostaria de alterar a proposta inicial, deixando claro desde aquele momento, era março de 2010, que eu iria realizar uma parte do doutorado na França, junto ao Centre de Recherche Sociologique sur le Droit et les Institutions Pénales (CESDIP), na Université de Versailles. De imediato aceitei o desafio, afinal partiu de meu orientador que sabiamente adequava minha proposta à proposta do GPVC. E assim meu doutorado foi sendo conduzido para especialização no tema proposto que não se afastou da proposta inicial, uma vez que os arranjos políticos e organizacionais da instituição interferem na forma como se dá a socialização no seu âmbito.

RHM - Percebemos que a socialização trazida em vossa pesquisa faz viés com a educação, porém em sentido mais contínuo ou como um processo perene de aprendizado, envolvendo aspectos formais e informais, alinhavados com a prática diária. Como se dá esse processo nessa complexidade de informações e faz parte do cotidiano dos agentes de segurança pública brasileira?

Bom, você não está de todo equivocado, mas existem outros aspectos que não

podem ser desconsiderados na minha tese, como a polícia enquanto profissão, organização e instituição. Então, para responder seu questionamento temos que esclarecer alguns pontos a começar sobre o alcance da palavra “educação” que não pode ser lida em desconexão com as experiências vividas em diversos espaços sociais que requerem uma multiplicidade de papéis, nem sempre congruentes, e que acabam por exigir performances diferentes, gerando ou não conflitos em razão das disposições incorporadas, inclusive na fase primária de socialização e que antecede ao ingresso na instituição policial militar, assim, penso que a palavra mais adequada seja “socialização”, pois que nesta se incluem, inclusive, as disposições incorporadas e advindas de uma “má educação”. De fato, se formos por essa linha temos um sentido contínuo e perene de aprendizado que afasta o fatalismo. O suporte para essa linha de raciocínio se fundamentou na Teoria do Homem Plural de Bernard Lahire que coloca peso no contexto diante das ações exteriorizadas em decorrência do passado incorporado por qualquer agente, não somente ao policial, digo, qualquer um que exteriorize seus atos em dada situação, como exemplo cito o caso de um policial militar que realiza um curso de graduação em universidade particular no período noturno, mas que, também, é fiel de dado segmento religioso e, ainda, é pai. Ou seja, nesse exemplo, a pessoa não é só policial, mas carrega consigo o estatuto militar que exige padrões e comportamentos fundados nos preceitos da hierarquia e disciplina. Quando em sala de aula, passa a ser aluno e isso implica outro padrão de comportamento que pode ser ou não coincidente com os valores da caserna. Já na igreja tem-se outras expectativas de ação ligadas aos preceitos religiosos, enquanto que como pai ele, também, será cobrado pelas expectativas advindas dessa importante função social. A importância de se compreender essas possibilidades de performances, geradoras ou não de conflito, possibilita, inclusive, reconhecer algumas questões que podem ser consideradas “caras” para a corporação, como exemplo as atividades religiosas desenvolvidas no âmbito da polícia militar tidas como caráter obrigatório e de serviço quando a Constituição Federal contempla a liberdade de consciência. Bom, deixe-me esclarecer, muitas vezes esses eventos não são organizados por escalas de serviços, mas são realizadas “convocações” por determinações verbais e aos subordinados são transmitidas as ordens sempre em lembrança de que o comandante vai se fazer

presente no evento. Logo, se o superior hierárquico vai professar sua fé, aos subordinados não é dado o direito de exercer as suas ou mesmo deixar de exercer àquela para qual foi “convocado”. É uma situação complexa, pois que muitas vezes é encarada de maneira natural, quando não o é e se constitui em verdadeira violência simbólica. Essa obrigação aos policiais militares não adeptos à fé do segmento que organiza tais eventos, estabelece conflitos que não podemos dimensionar, mas que podem variar desde a simples apatia ao evento até questões políticas e de recusa, encaradas como indisciplina e passível de corretivo disciplinar pelos empreendedores morais. Se o organizador do evento religioso exige a execução de papéis sem aderência por quem não é adepto àquela perspectiva temos sim um grave problema de socialização, pois que em um espaço que deveria ser laico, afinal a polícia é o “braço armado” do Estado e o Estado é laico, essa imposição de fé passa a ser veio de autoritarismo e possibilidade de arbítrios, inclusive, em desacordo com a Lei Maior que indica liberdade de escolha. Assim, tais práticas autorizam que cada autoridade determine aquele que pode “pregar”, colocando todos os subordinados na condição de “fiéis”, independentemente da liberdade de credo prevista na lei e inerente a cada um deles. São essas pequenas questões às quais não se dão muita importância, mas que refletem no modo de ser do policial militar, que buscamos compreender na tese. Há nesse exemplo uma confusão entre o que é público e o que é privado, negligenciado e naturalizado. Não quero com isso dizer que as pessoas não podem professar sua fé em público, longe disso, podem e devem, até para demarcarem sua opinião e escolha de crença, mas têm que estar claras que a manifestação pode ser pública, mas sua escolha é privada. Não se pode impor no espaço público estatal, sobretudo ante a laicidade do Estado, algo cuja escolha resida no campo da personalidade como é o caso religioso. Ou se for impor, e isto em um Estado Democrático de Direito é inadmissível, como último recurso, que se propicie espaços diversos ou ecumênicos para aqueles que não são adeptos à crença religiosa do segmento organizador do evento. Eu sempre proponho um exercício simples àquele que determina, faça o inverso se colocando no lugar do subordinado que nesse exercício hipotético poderia lhe convocar para um evento religioso de um segmento diferente do seu, mas lembre-se das possibilidades que pode variar do segmento espírita, muçulmano até os cultos africanos. Ou seja, a

questão passa pelo reconhecimento. Poderia elencar outros exemplos, mas penso que este ilustra muito bem o quão é complexa a socialização policial, sem nos esquecermos que essa complexidade permanece quando se passa para outras dimensões, por exemplo, no caso da ação policial e do seu resultado, como bem apontado e explicitado na tese do Cel PM Wilquerson.

RHM - *Há vários questionamentos de alguns profissionais de outras áreas do conhecimento ou não que insistem em apontar solução, mesmo que descabida ou improvável, ao caos da segurança pública. Tratando o problema como assunto meramente de polícia e pelo viés da formação profissional. Como se fosse tão simples assim! Por sua vasta experiência acadêmica e profissional, como poderíamos diagnosticar e enfrentar esse fenômeno social da violência vivida hoje no Brasil?*

Bom, permita-me alguns apontamentos sobre sua questão. Penso que a dialética faz parte do processo, pois não podemos chegar a um termo comum se não refletirmos sobre a crítica que se tem sobre determinado problema. A polícia e os policiais não podem se autointitular detentores da verdade, assim como os outros profissionais de outras áreas também não. Deve haver um diálogo onde o padrão democrático e de civilidade prevaleçam na tônica desse diálogo, pautado no respeito mútuo. O que custa a receptividade às críticas? O fechamento e a não aceitação só colaboram para que o estado de coisas permaneça como está. Se observarmos a história das técnicas e tecnologias policiais veremos que muitas delas são fundadas no método da tentativa e erro, o que não diminui sua importância. Logo, o descabimento ou improbabilidade de propostas somente poderão ser confirmadas se postas em prática e fracassarem. Temos que filtrar sim e analisar cuidadosamente as críticas que são feitas e as proposições de solução a respeito, e, inclusive, fazer o “mea culpa” quanto ao papel das instituições policiais. Não que a solução do problema passe somente pela polícia e sua formação profissional, mas não podemos descartar essas dimensões do processo de solução dos problemas da segurança pública, pois a análise da polícia em si pode ser uma forma de você compreender a própria sociedade brasileira e sua democracia. Como exemplo, cito o nosso modelo policial que é único no mundo... Corrigindo, único não, mas, se não me engano, existem mais dois países que adotam esse modelo seccionado em inspiração

brasileira, ou seja, temos no nosso sistema de segurança pública uma polícia, a militar, que não interage com o Judiciário e tem que repassar todo o seu trabalho para outra polícia, a judiciária civil, que, neste caso, realizará a interação com o Judiciário. É impensável em qualquer canto do globo terrestre um modelo arranjado tal qual no Brasil, onde se tem uma polícia alijada do contato com o Judiciário. Então, discutir polícia como solução do problema de segurança pública não é algo banal, pois implica em muitas dimensões e arranjos políticos, onde se travam disputas por espaços de poder e forma de relacionamentos com outras instâncias. Faria, inclusive, um adendo que se refere ao controle da polícia, bastando observar a disputa pelas secretarias de segurança dos Estados e, mais recentemente, do Ministério correspondente. É algo tão latente que chega a ser óbvia a importância que a polícia tem para o problema. Então, não tem como desprezar a polícia da questão. No que se refere à questão profissional, é uma crítica que faço em minha tese, justamente para desmistificar a visão de que a formação profissional seria a solução do problema. A formação, assim como a dimensão de responsabilidade da polícia, é apenas mais uma dimensão, entre tantas existentes, desse imbricado mosaico que é a segurança pública. Como disse na minha tese, existem estudos que comprovam que a dimensão ética da ação policial é influenciada muito mais pela socialização primária, aquela que vem antes do ingresso na corporação, do que pela socialização profissional. Não que esta não seja importante, mas existe um mundo vivido antes do ingresso na polícia que não pode ser desprezado, por isso a importância de se ter um processo de seleção com padrões científicos que de fato selecione os mais capacitados para a função. Outra questão, enfatiza-se em demasia o componente estético militar como se essa perspectiva, também, fosse a solução. De que adianta a ênfase na estética militar, quando a parte ética se esvai? Temos alguns exemplos de policiais militares, abstenho-me de citar nomes, que se envolveram em situações graves, com participação de grupos de extermínios e roubos, para citar alguns crimes possíveis, que do ponto de vista estético militar eram “excelentes” militares, bom cumpridores de ordens e regulamentos, “enquadrados”, “Caxias”, mas, ainda sim, criminosos, verdadeiros marginais. Então, a formação profissional não dá conta, deve ser complementada com outros mecanismos de prevenção e controle, como Corregedoria forte, Ministério Público atuante e controle social. É inadmissível que

em pleno século XXI tenhamos violações por parte da polícia de direitos constitucionais consagrados, sejam eles de primeira, segunda ou terceira geração, como diz Thompson. Agora, o diagnóstico da violência não é simples, pois temos inúmeros painéis possíveis para abordagem da questão e para cada painel inúmeras teorias a compreender, como bem esclarecido na obra do francês Philippe Robert. O que lhe digo é que não devemos simplificar, pois a causa pode variar de questões biológicas, micro ou macro sociais a questões culturais com influências da política, religião e costume, até mesmo o clima e a geografia. Não se tem uma receita pronta e acabada. A análise deve ser delimitada no tempo e no espaço, com identificação das variáveis dependentes, independentes e interferentes, e indicadores pertinentes que possam aferir as dimensões social, econômica e ambiental, no mínimo. O que não cabe aqui é o reducionismo. O Enfrentamento passará pelo diagnóstico da situação para, então, se ter em pauta o que se pode fazer, da melhor forma, como, quando, produzindo resultados com uso racional dos meios (efetividade). Mais importante, existe uma dimensão que é desprezada, mas que é fundamental, que é a política. Ela diz muito do que se quer e o que se pode esperar. Quando, por exemplo, se investe em efetivo policial, direcionando os concursos para que o efetivo da polícia investigativa ultrapasse 50% do efetivo da polícia ostensiva, enquanto que o parâmetro mundial é de 13%, indica uma política de repressão, onde a prevenção é relegada a nem sei que plano. Então, a questão não é tão simples, pois tanto o diagnóstico como as propostas de solução passam por recursos metodológicos variáveis a depender de inúmeras circunstâncias e variáveis, localizadas em espaço-tempo definidos. Outra situação, é corrente dizer-se que a criminalidade é advinda de uma escolha racional e que cada um faz o seu destino, sendo a culpa exclusivamente do indivíduo, desprezando-se os fatores econômicos, sociais, políticos e ambientais da questão. Por outro prisma, é comum, também, desprezar-se as questões individuais e se focar nas causas externas. No jogo dessa balança o que sobra é a dúvida para onde caminharão as políticas públicas. Penso eu que as análises tem que focar nos dois aspectos, caso contrário não teria sentido em se cobrar investimentos em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer, como fatores de controle social e prevenção primária. Temos que ter a consciência de que a repressão só atua onde os outros freios e mecanismos de defesa social fracassaram, e

aqui eu englobo a família, a escola, a comunidade, a religião, etc., ou seja, não há uma receita pronta e acabada para sua pergunta.

RHM - *No processo de formação profissional das polícias brasileiras ainda há bastante espaço para a “educação bancária” e em não raras vezes, fico esquecido ou relegado a segundo ou terceiro plano a insistência em uma formação humanística e cidadã que possibilite ao policial em formação conhecer a realidade brasileira e a formação da sociedade brasileira. Como a formação policial pode ser mais efetiva ao anseio dessa sociedade com pensamento multifacetado e heterogêneo?*

Permita-me uma indagação: o que seria uma educação bancária? Penso que aí resida uma questão problemática para a nossa formação profissional, pois o que se considera como educação bancária para muitos pesquisadores, na realidade é ensino tecnológico necessário para o bom desempenho da atividade policial. Há uma diferença entre a forma como se concebe o processo de formação policial a depender da linha de análise que se segue. Entendo que a relação estabelecida em aula entre docente e discente diz muito do que se quer, lembrando que muito do conteúdo de ensino previsto para a atuação policial está na dimensão do aprender-fazendo e isso, equivocadamente, passa a ideia de educação bancária. Então, há uma distorção na forma de se analisar essa relação conteúdo/resultado no processo de ensino-aprendizagem. Agora, se esse conteúdo é transmitido sem espaço ou possibilidade de se refletir sobre os porquês de seu sentido ou forma de execução, então abrimos uma brecha para questionamentos de redução do aluno a mero receptáculo de conteúdos, sem reflexão ou dialogicidade, e o resultado acaba por se tornar bancário. O ensino tecnológico é tendência pedagógica com parâmetros e finalidades próprios, por isso o papel fundamental da coordenação pedagógica e da Comissão Própria de Avaliação para acompanhar como está se materializando a execução dos planos de cursos em relação com a didática aplicada pelo docente. Não podemos reduzir a formação profissional do policial militar ao conceito de “educação bancária”, até porque esses conteúdos humanísticos que você mencionou na questão estão presentes na malha curricular e são ensinados por professores civis e vinculados a diversas universidades. Então, nesse raciocínio, talvez, a melhor pergunta a se fazer seria: por que esse conteúdo não é absorvido em reflexão e até mesmo com mudança de comportamento pelo aluno? Para essa questão não temos uma resposta precisa, é

algo complexo que demandaria pesquisa aprofundada que perpassaria desde a socialização primária desses alunos, até mesmo aos arranjos estruturais dos órgãos de formação, a forma de ensinar com os recursos didático-pedagógicos empregados, capacidade dos docentes, estado biopsíquico e interesse do discente quando da aula, o chamado currículo oculto, para mencionar algumas possibilidades. Nessa lógica, são as condições estruturantes e a forma como se desenvolvem as aulas que podem transformar dado conteúdo em formato bancário, pois os “porquês” e os “pra que” devem fazer parte de todo e qualquer ensino realizado no âmbito da formação profissional policial militar. Agora, quanto à formação profissional mais efetiva, penso que a PMMT caminhou muito bem nestas duas últimas décadas, basta você analisar, sem ressentimentos, um jovem tenente formado atualmente em comparação com a formação de minha geração. A geração atual sai muito mais preparada tecnicamente, antenada com os recursos tecnológicos e com a cibernética, além de terem conteúdos muito mais voltados para a atividade policial e cientes dos procedimentos operacionais padrão. Os erros, quando do aspirantado, são perfeitamente possíveis e passíveis de acontecer, não existe perfeição na formação que dê conta da dimensão subjetiva de cada um. O que podemos afirmar é que os instrumentos de acompanhamento e de aferição de desempenho melhoraram sistematicamente, e os aspirantes de hoje são mais monitorados e acompanhados de maneira mais próxima. Desculpe-me, mas não posso fugir do clichê “na minha época”, sob o risco de cair em senso comum, no entanto, essa expressão resume o que quero dizer, antes a formação era muito voltada para conteúdos aplicados mais à defesa de Estado do que para a atividade de polícia em si. O currículo oculto ou paralelo era muito forte, com horário previsto para o descanso sendo subvertido em “ralo”, o que prejudicava diretamente o conteúdo transmitido pelo ensino formal. Infelizmente, há uma corrente saudosista, desconectada da dinâmica social, que afirma que essa era a boa formação, a formação rústica, forjada no “ralo”, onde quem não aguentava pedia para sair. Como disse, há uma confusão entre a estética militar por excelência e a ética militar, onde muitas vezes elas não caminham juntas e acabam por distorcer, inclusive, a missão da polícia, já mencionei os exemplos de “excelentes” militares, esteticamente falando, que se converteram, também, em “excelentes” criminosos, ou seja, penso que a estética militar, quando desconectada

da ética militar, não seja parâmetro de julgamento. E essa ética perpassa por coisas simples que começam na formação, como exemplo, se você tem uma comissão de festa formada para arrecadar fundos para a formação do curso profissional não se deve fugir de sua destinação, até por que essa comissão representa os interesses de dada turma. Se essa comissão é compelida a “colaborar compulsoriamente” com eventos da unidade policial militar não correlacionados a sua finalidade que recado estou passando para esses cadetes ou alunos-soldados? E não adianta o discurso de que a fase de aluno é assim mesmo ou que manda quem pode e obedece quem tem juízo. O problema é mais profundo, pois a mensagem que se passa com essas posturas é que está autorizado, quando se está na função superior e de comandamento, a se valer de recursos muitas vezes até legais, mas imorais, para alcançar objetivos, e isso pode se cristalizar enquanto disposições de ação. Então, antes de se falar em ensino bancário, temos que verificar o que se está transmitindo em todas as ações desencadeadas nos órgãos de formação. De repente o ensino está sendo bancário para dado grupo de disciplinas, mas altamente efetivo para outras questões e até estimulando desvios. Ainda, qual é a nossa missão? É a partir dessa pergunta que se deve planejar e executar o ensino profissional. Os recursos que potencializarão os resultados pretendidos passam, inclusive, por novas estratégias como o estudo situado, laboratórios de práticas policiais, companhias ou batalhões modelos, extensão comunitária, participação em projetos sociais (os alunos como planejadores, executores e avaliadores), ou seja, aproximar ao máximo o ensino da realidade que ele irá encontrar quando se formar. Outra situação, caminhamos para uma especialização exacerbada, onde o profissional passa longo tempo em formação, mas ao sair não pode sequer contribuir como docente na unidade onde serve, devendo realizar outros cursos que exigem mais tempo e mais recursos, inviabilizando as unidades operacionais no que tange às instruções semanais para atualização e nivelamento de conhecimento. Devemos integrar sim ao currículo de formação de oficiais a habilitação de instrutor, e para os sargentos a habilitação de tutor, principalmente, para algumas áreas fundamentais, como trânsito, PROERD e POP. Algumas funções especializadas devem sim exigir uma formação complementar para poder ser instrutor, como é o caso do BOPE e ROTAM, mas aquelas básicas, essenciais, e vinculadas diretamente ao dia-a-dia da polícia devem

ter seu conteúdo integrado no currículo dos cursos de formação, respeitando-se as funções a serem desempenhadas após a conclusão do curso. Tudo que conversamos até agora não pode ser desconectado da realidade social e, sobretudo, em compasso com o ordenamento jurídico vigente, inclusive, as normas internacionais de que o Brasil é signatário. Não podemos nos esquecer da realidade da permanência do indivíduo na instituição, o que conduz naturalmente à perquirição sobre o grau de profissionalismo, uma vez que a rotatividade, conhecida como turnover, faz parte do quadro societal atual e a polícia militar, também, sofre as consequências desse processo. A instituição tem que se adequar a essa realidade onde as pessoas buscam a todo tempo melhorar sua condição social e financeira, então caímos novamente na questão da seleção de ingresso. Como selecionar os mais aptos e comprometidos? Eis uma questão que deixo para os pesquisadores de RH e que muito poderão contribuir para amenizarmos os impactos decorrentes das falhas na seleção.

RHM - *Em sua visão como acadêmico, pesquisador e policial militar experiente, qual é a importância de uma instituição que valoriza a pesquisa científica e seus resultados, que foge um pouco dos meros dados estatísticos para formular sua política pública de segurança e melhor participação no contexto social brasileiro?*

Bom, penso que essa instituição está melhor preparada para receber críticas e de fato trabalhar para atingir seus objetivos, mas não podemos nos esquecer que a vocação científica nem sempre é atendida pela vocação política. Há um distanciamento da realidade e falta de compreensão quando pensamos que a ciência a tudo resolverá, principalmente quando se trata das áreas de humanas e sociais, pois que as ações concretas, na maioria das vezes, estão no julgamento e no plano da decisão política, com influência de outras variáveis, em destaque a questão da conveniência e oportunidade. O pesquisador tem que entender que pode não ter interferência no julgamento político e seu trabalho pode ficar como referência de alguém que pensou a questão posta, mas longe de ser a solução, inclusive, por não aderência política. Às vezes o remédio é tão amargo que politicamente se torna inviável, preferindo-se deixar a situação como se encontra. Isso não desmerece ou minora o trabalho científico, aliás, faz parte da tomada de decisão esse julgamento das

implicações políticas. Os resultados políticos devem sim ser constantemente avaliados como forma de pressão para mudança de postura e decisões que de fato alterem o quadro do problema enfrentado. Para mim, a principal contribuição da ciência se dá na compreensão de dada realidade e formulações de propostas (respostas) para problemas identificados. Na segurança pública tenho a sensação de que a comunidade científica, e aqui incluo os pesquisadores policiais, fala para as paredes. São velhas questões que recorrentemente vêm se confirmando velhas respostas e sugestões para alteração do quadro, mas que não são adotadas como política ou estratégia de ação por estarem em jogo outras questões, como exemplo a competência e os espaços de poder das instituições policiais, vide o caso do ciclo de polícia brasileiro, ou seja cada qual cuidando do seu quinhão. Nesse jogo quem perde é só a sociedade.

RHM - Comandante, já na reserva remunerada, é mais fácil enxergar os erros, equívocos e falhas na instituição policial militar? Ou as dificuldades são as mesmas?

Depende, como pesquisador tenho que ter em mente o que quero compreender. Logo, dependendo do objeto de estudo ser observador de primeira ordem, de dentro da instituição, pode ajudar. Em outras situações pode ser melhor estar na via indireta ou observar de segunda ordem, pois que o afastamento se faz necessário. Penso que as dificuldades permanecem e não necessariamente são as mesmas. Quanto aos erros, equívocos e falhas na instituição policial militar, não podemos, enquanto pesquisadores, nos restringir somente aos aspectos negativos. Devemos buscar, dentro de uma holística, identificar não somente o que se tem de negativo, mas também o que se tem de positivo. Não existe instituição que só tenha negatividade e, muito menos, aquelas que só apresentem ações positivas. É o problema levantado que irá indicar, conforme a metodologia e teoria de fundo para análise, por onde caminharemos, possibilitando extrair pontos positivos e pontos negativos, ou mesmo diacronias e sincronias no compasso tempo-espço, muitas vezes em comparação com outras instituições ou sistemas.

RHM - *Deixo um espaço para o Senhor fazer qualquer outra manifestação sobre parte do seu trabalho acadêmico que ficou esquecido nas perguntas lhes dirigidas.?*

Olha, desculpe-me a sinceridade, mas os pontos abordados não dão conta da minha tese. Ela é muito mais ampla e, nesse sentido, gostaria de me abster de comentar outros pontos e convidar o leitor desta entrevista para lê-la, até porque o resultado de todo esforço de pesquisa foi a Teoria dos Ilegalismos Policiais Reconsiderada, que demandaria um tempo considerável para sua apresentação e explicação. Ou seja, a tese não se restringe somente à formação policial, aliás, deixo bem explícito que a pretensão foi seguir a lógica Monjardetiana de compreender a polícia enquanto profissão, instituição e organização e como isso influencia a ação policial, destacando-se os atos de ilegalismos, o que centraliza os estudos na socialização policial

RHM - *Senhor entrevistado, gostaríamos de registrar suas considerações finais.*

Deixo aqui meus registros de congratulações pela iniciativa em abrir o espaço da Revista Homens do Mato para que os policiais militares titulados possam se ver reconhecidos, possibilitando que o leitor possa conhecer um pouco de como pensa os pesquisadores policiais militares. São iniciativas como esta que indicam a saída para a crise na Segurança Pública, afinal, nem todo mundo está disposto a receber críticas e muitas delas severas e ácidas. Também, espero que a publicação possa servir de estímulo para que novos policiais possam se tornar pesquisadores e assim contribuir com a corporação e a sociedade.

RHM - *Muito obrigado pela entrevista.*

ENTREVISTA



Ten Cel PM Benedito Lauro da Silva
Mestre em Educação - UFMT

*Entrevistado por Sebastião Carlos Rodrigues da Silva
em 06/11/2018*

RESUMO BIOGRÁFICO

Mestre em Educação pela UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso, linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Política e Educação Popular (2018). Especialista em Política Estratégica e Desenvolvimento Regional Aplicado a Segurança Pública pela APMCV (2015). Especialista em Gestão de Segurança Pública pela FAECC/UFMT (2006). Graduado no Curso de Formação de Oficiais pela Academia de Polícia Militar Costa Verde (1996). Membro do Grupo de Pesquisa Corpo, Educação e Cultura (COEDUC) da Universidade Federal de Mato Grosso. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Escolar Indígena (GEPEEI) da Universidade Federal de Mato Grosso. Docente na Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV) e Escola Superior de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (ESFAP) nas disciplinas de Direitos Humanos, Policiamento Comunitário e Procedimento Operacional

Padrão (POP). Atualmente é Tenente-Coronel da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso e professor das disciplinas de Direitos Humanos, Policiamento Operacional Padrão (POP) e Policiamento Comunitário nas escolas superiores da PMMT.

Possui publicações na área da Educação e Segurança Pública, como: “Ocorrências envolvendo explosivos e bombas: Necessidade de criação de um grupo especializado na PMMT” (TCC Conclusão CAO/2006); “Interculturalidade ou colonialidade: a lei 11.645/2008 e o estudo da história e cultura indígena no currículo escolar” (Seminário da Educação - SEMIEDU/2016); “A Segurança Pública e a Colonialidade na Relação com os Indígenas” (SEMIEDU/2017); “A temática indígena no Curso de Formação de Oficiais” (Revista EdUFMT / 2017) “A segurança pública e as reivindicações indígenas” (Notícias de MT Olhar Direto / 2017) e “A Implementação da Educação Escolar Indígena” (Gazeta MT / 2017).

Adentrou às fileiras da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso através do concurso público para o Curso de Formação de Oficiais (CFO) no ano de 1994, tendo concluído em 1996 na Academia de Polícia Militar Costa Verde. Durante seu percurso profissional serviu no 4º Batalhão de Polícia Militar, Batalhão de Polícia Militar de Trânsito; 3º Batalhão de Polícia Militar, Corregedoria Geral da PMMT, Batalhão de Polícia Militar de Guardas, Gabinete do Comandante Geral Adjunto, Coordenadoria Militar do TJMT, Secretaria das Comissões de Promoções da PMMT, 1º Comando Regional da PMMT, Subchefia do Estado-Maior Geral da PMMT, Gabinete do Comandante Geral da PMMT e Escola Superior de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da PMMT.

Durante sua carreira foi condecorado com as seguintes medalhas: a) Medalha Tempo de Serviço - Bronze, 10 anos (2005); b) Medalha Tempo de Serviço - Prata, 20 anos (2015); c) Medalha Mérito "Homens do Mato" (2015); Medalha Mérito do Ensino Policial Militar (2015); Medalha Guardiã do Paiaguás (2015) e Medalha Mérito Jurídico Policial Militar (2016).

Dentre os principais cursos que realizou na área de segurança pública, destacam-se: a) Curso de Integração aos Princípios de Direitos Humanos, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP - (2001); Curso de Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário, pela Secretaria Estadual de Segurança Pública de Mato

Grosso - SESP - (2001); Curso de Formação de Agentes de Direitos Humanos, pelo Ministério da Justiça - MJ - (2001); Curso de Multiplicador de Polícia Comunitária-Interativa, pela Polícia Militar do Espírito Santo - PMES - (2002); Curso de Polícia Judiciária Militar, pela PMRN (2004); INC - Instrução de Nivelamento de Conhecimento da Força Nacional de Segurança Pública, pelo MJ (2004); Curso de Capacitação de Negociadores em Gerenciamento de Crises, pela SESP (2005); Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária, pela SENASP (2006); Curso de Proteção de Dignitários, pela Casa Militar de Mato Grosso (2008); Curso de Multiplicadores de Procedimento Operacional Padrão - POP - (2010).

RHM - Os povos indígenas, sua relação com a colonialidade, alinhada a análise de proposta curricular do CFO da PMMT, bem como, a atuação policial com respeito e valorização da história e cultura indígena foi tema de sua dissertação de Mestrado na UFMT, no Instituto de Educação. O que levou a abordar e desenvolver uma pesquisa em âmbito de pós-graduação "strictu sensu" com o referido tema?

Inicialmente duas motivações pessoais levaram este pesquisador a abordar a temática indígena e que com o tempo robusteceram o projeto de pesquisa científica que envolveu os povos indígenas brasileiros e as instituições militares estaduais. A primeira em razão de descender de indígenas da etnia Kurâ Bakairi (Nobres-MT), portanto, conhecedor das diferentes formas de discriminação e preconceitos que sofrem os indígenas, mesmo tratando-se de povos originários e tradicionais que habitam o Brasil desde muito antes da colonização europeia. A segunda, em face da minha inquietação e vivência com a prática profissional na segurança pública, donde nosso questionamento partiu da necessidade de conhecer e analisar como eram empregados os instrumentos teóricos metodológicos no Curso de Formação de Oficiais (CFO) da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, referente à temática indígena.

Nessa condição de descendente de indígenas, sempre estive atento aos temas que envolviam as questões indígenas no nosso continente. Por conta disso visitei algumas localidades no Brasil e demais países sulamericanos com a finalidade de melhor conhecer sobre os povos ameríndios, em especial, cidades costarriquenhas,

bolivianas, colombianas e peruanas, dentre as quais o privilégio de visitar os sítios arqueológicos de Cuzco e Machupichu, conhecidas popularmente como a capital do “Império Inca”, proporcionando enorme bagagem de conhecimento acerca de como esses povos originários eram organizados, das suas diferentes manifestações culturais, suas línguas, bem como, dos extermínios e genocídios perpetrados pelos colonizadores europeus.

As populações indígenas sofreram ao longo da história grande processo de apagamento, silenciamento e subalternização. Na escola, o currículo tem sido um dos mecanismos fundamentais para a (re)afirmação de estereótipos e estigmas, bem como têm servido como poderoso instrumento de divulgação de uma história contada apenas do ponto de vista do colonizador e totalmente prejudicial à imagem e à vida dos indígenas, aquilo que alguns filósofos sulamericanos, dentre eles Aníbal Quijano, Enrique Dussel e Catherine Walsh, chamam de “colonialidade”.

Estive na condição de aluno-a-oficial da Academia de Polícia Militar de Mato Grosso durante os anos de 1994 a 1996. Durante esse período não percebemos qualquer instrução sobre povos nativos e outras culturas existentes no Brasil aos discentes do Curso de Formação de Oficiais e, nem mesmo, estava previsto na matriz curricular do curso esse tema. Daí, juntamente com o meu orientador do mestrado, entendemos que seria uma oportunidade de pesquisarmos o currículo do CFO da Polícia Militar de Mato Grosso e, dentro do possível das polícias militares de outros estados da federação, para entendermos como eram tratadas as práticas curriculares sobre a temática indígenas nos cursos de formação dos futuros comandantes das corporações policiais militares.

RHM – Dominique Monjardet já destacava que a polícia está habilitada a intervir em todos os lugares, em todos os tempos e em relação a qualquer um, ressalvadas algumas situações. Podemos então conceber que a força policial detém o monopólio da força em relação aos outros. Como o senhor alinha esse pensamento de Monjardet ao neo pensamento de ser policial militar um protagonista dos Direitos Humanos do cidadão?

Para a realização da pesquisa foi necessário conhecer o surgimento da polícia e de seus variados modelos, desde a Antiguidade, passando pela Idade Média, Era Moderna, até os dias atuais. Essa contextualização de sua evolução histórica tornou possível conhecer os

parâmetros que nortearam a prestação do serviço de segurança no seio da sociedade. Ao longo dos tempos as instituições policiais tiveram diferentes formatos, no entanto, uma característica comum lhes foram reservadas em quase todo o mundo, qual seja, sempre estiveram sob a subordinação de poderosos mandatários que lhes patrocinaram pela iniciativa pública ou privada. Dessa forma as pessoas, grupos ou instituições que bancavam o custo da segurança eram também os controladores da polícia e, conseqüentemente, ditavam quais eram as suas atribuições. Em muitos territórios, a atividade policial era confundida, também, com a autoridade judiciária, dotando o agente policial de suprema autoridade com poderes de prender, processar, julgar e acompanhar o cumprimento da pena do sentenciado.

O sociólogo francês Dominique Monjardet é uma referência nos estudos e análises das instituições policiais do Ocidente, em especial as polícias francesas, cujos modelos orientaram a criação das polícias portuguesas e, por conta direta da colonização, também das instituições policiais brasileiras. No aprofundamento dos estudos de sua obra “O que faz a polícia”, que analisou a relação das instituições policiais com a sociedade, o próprio Monjardet deixa claro a necessidade da imposição de limites para a atividade policial nas sociedades democráticas. O uso legítimo da força exercido pela polícia, no conceito de Max Weber, é autorizado pelo estado com o objetivo de manter a ordem em um determinado território, se necessário.

No caso da polícia brasileira atualmente sua atividade encontra respaldo e balizamento na Constituição Federal promulgada no ano de 1988, cuja Carta Magna, teve o cuidado de defender com ênfase o Estado Democrático de Direito logo no seu primeiro artigo. O texto constitucional trouxe imensas transformações nos direitos individuais e coletivos da sociedade brasileira, repassou novas atribuições para os organismos responsáveis pela segurança pública, especialmente quanto à atuação da Polícia Militar, que passou a ter a missão de garantir a segurança pública e a defesa da sociedade. Destarte, incumbe também ao policial, civil ou militar, assegurar o respeito à dignidade da pessoa humana, não admitindo a resolução de conflitos de maneira arbitrária às normas constitucionais e infraconstitucionais.

RHM - Em sua pesquisa que além de analisar meticulosamente o PPP e MC do CFO da APMCV, se estendeu à outras Academias de Polícia Militar de outras unidades federativas, o que se verificou em relação ao projeto político pedagógico sobre a temática povos e culturas indígenas?

As justificativas para a criação da Academia de Polícia Militar de Mato Grosso decorreram da necessidade de formar oficiais de polícia no próprio Estado,

para que pudessem prestar os serviços de segurança à sociedade, devidamente familiarizados com a população, suas tradições, realidades e peculiaridades culturais locais que, diga-se, no nosso Estado são imensas em decorrência da enorme proporção territorial, diferenças socioambientais, ocupações migratórias e colonizadoras, variada exploração econômica dos recursos naturais e dispersa distribuição populacional.

Importante destacar que o nosso país é uma das principais nações com representações indígenas, uma vez que possui distribuídas em seu território aproximadamente 240 etnias e mais de 900 mil indivíduos autodeclarados, segundo o último censo demográfico do IBGE (2010). O estado de Mato Grosso comporta uma população de 42.538 indígenas autodeclarados, número que corresponde a 1,4% da população do estado e 5,2% da população autodeclarada indígena no país. A enorme presença dos indígenas é facilmente notada nos municípios de nosso imenso estado, inclusive, nas cidades de maior porte populacional.

A pesquisa visou identificar na proposta curricular do CFO 2013-2015 como estavam apresentados os conteúdos relativos à temática indígena e se os alunos a oficiais, em âmbito acadêmico, recebiam instruções com suficientes informações para utilizar na sua atividade profissional, atuando como agentes aptos a respeitar os indígenas, suas histórias e suas culturas.

Ao analisarmos o currículo do CFO da PMMT, observamos, que em termos percentuais, as áreas temáticas que contam com maior número de horas/aulas no Curso de Formação de Oficiais da PMMT estavam dispostas da seguinte forma: a área temática “Funções Técnicas Procedimentos em Segurança Pública” contemplada com 27,47% do total das disciplinas; a área temática “Cultura e Conhecimentos Jurídicos” conta com 19,74%; a área temática “Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública” disposta de 13,05 desse total. Já a área temática II “Violência, Crimes e Controle Social” – que se propõe a tratar dos atos e fatos sociais com abordagem sociológica, psicológica, criminológica e cultural – contava com apenas 2,86% do total de horas/aulas. Dentro dessa área temática a expectativa perpassou pela presença dos conteúdos referente aos indígenas estarem inseridas na disciplina “Etnicidade, Cultura e Minorias”. A comentada disciplina,

ministrada aos discentes do 1º ano do CFO, conta com uma carga horária de 30 (trinta) horas aulas, no entanto a temática indígena não é abordada a ponto de proporcionar segurança ao discente militar durante eventual atendimento de ocorrência policial.

A análise da Matriz Curricular Nacional, do Projeto Político Pedagógico e demais documentos correlatos que orientam a carga horária do CFO da PMMT demonstrou que instituição dá maior ênfase ao aspecto tecnicista e jurídica na formação dos discentes militares. As disciplinas com conteúdos humanistas, que proporcionariam supedâneos aos policiais agirem rotineiramente com sensibilidade necessária na interpretação dos fenômenos históricos, sociais e culturais são menos contempladas em termos de carga horária disponibilizada.

E isso não é uma particularidade do ensino policial militar mato-grossense. Com a fundamental colaboração do Comando da PMMT solicitamos de 17 academias de polícia militar do Brasil os seus PPP, planos de ensino e de aulas, com a finalidade de analisar se apresentavam conteúdos da temática indígena em seus cursos. Apenas 07 instituições de ensino militar responderam à nossa solicitação e também manifestaram que não debatem pormenorizadamente o tema indígena nas instruções dos seus respectivos cursos de formação de oficiais.

RHM - Decorrida sua pesquisa, com mergulho profundo na seara do ensino militar na formação de Oficiais, sem esquecer da formação das Praças na PMMT, qual foi a sua proposta de implementação no currículo formador do novo policial militar que deve prestar um serviço isonômico a todos que tenham direitos e que cabe ao policial militar servir e proteger?

Entendo como fundamental que as instituições de ensino militar, tanto a de Oficiais quanto a de Praças, preparem os futuros profissionais da segurança pública, bem como, que qualifiquem os que já militam na atividade profissional para que exerçam o seu papel consciente da enorme diversidade existente na nossa sociedade, sejam elas étnicas, sociais, culturais, políticas e sexuais, entre outras. É importante que o agente policial conheça de forma minudente a sociedade e o meio que está atuando e inserido. No caso das culturas indígenas só será possível por intermédio de professores/instrutores capacitados e com materiais didáticos que

tratem responsabilmente da história, dos povos e das culturas indígenas no Brasil, e em particular, dos povos indígenas que vivem nesse nosso estado.

O último capítulo da dissertação foi reservado para sugestões ao currículo do CFO da PMMT, visando melhor subsidiá-lo no ensino sobre a história e culturas indígenas. As propostas visam a construção de um conhecimento baseado na histórica realidade dos povos nativos e possibilitar o acesso a conteúdo mais humanizado, crítico-social e intercultural na formação dos oficiais. Embora o objeto da pesquisa e das propostas tenha sido para o CFO, a sugestão não torna estanque o ensino exclusivamente para o mencionado curso, com a possibilidade de ser utilizado em quaisquer outros cursos com as adaptações que convierem ao formato das instruções.

Entendemos por conveniente destacar nas propostas do ensino policial que no decurso desses quase 520 anos os indígenas possuem em seu histórico de vida uma vasta narrativa de resistência às inúmeras hostilidades impostas pela colonização e pelos demais detentores do poder político-econômico brasileiro. Essas relações desproporcionais causaram-lhes profundos prejuízos na vida social e atualmente compõe as pautas das suas atuais reivindicações, que em várias circunstâncias culminam na necessidade do atendimento policial.

Nesse decurso histórico os indígenas sido vítimas da transmissão de doenças, inicialmente propagadas pelos colonizadores, grande responsável pela redução dos povos indígenas, aliadas às guerras de extermínio; negação da sua diversidade étnica, linguística e cultural; submissão a uma religião ou crença de forma compelida; ameaças e assassinatos em razão da disputa de terras ou em face dessas denúncias ao poder público; morte gratuita por assédio moral, estereótipos, injúrias e racismo em decorrência de sua condição sociocultural; omissão na regularização de suas terras, embora muitas tenham sido reconhecidas pela instituição judiciária. Nos casos em que o indígena eventualmente figurar na condição de infrator destacamos que serão aplicados os mesmos balizamentos previstos nas normas constitucionais e infraconstitucionais e que estas já são rotineiramente aplicadas no ensino militar, com a recomendação de que, nessas ações ou operações policiais, busquem auxílio das instituições que os representam, dentre elas a FUNAI - Fundação Nacional do Índio.

Todas essas infrações podem ser trabalhadas nos cursos policiais, de forma interdisciplinar, nas disciplinas de Direito Constitucional, de Direito Penal, Direitos Humanos e Técnicas Gerais de Policiamento, instrumentos legais que o Estado detém para prevenir, coibir e punir condutas reprovadas pela lei e que orientam as medidas necessárias da atuação policial.

Além de necessário para uma segura atuação profissional, esse conhecimento possibilitará ao policial a preparação devida para atuar desprovido de preconceitos, discriminação ou qualquer outro tipo de violência. Para tanto, entende-se que é primordial que conheçam o cenário político atual, quem são os povos indígenas e qual sua atual condição social, além de quais as principais violências de que são vítimas e a legalidade de uma eventual atuação policial, caso necessária.

RHM - De tudo que foi exposto como avalia o desconhecimento da sociedade sobre a temática indígena?

É reinante o desconhecimento da nossa sociedade sobre qualquer assunto que se relacione aos indígenas, revelando inclusive a ignorância da nossa própria história. Os policiais, friso, que também são oriundos dessa mesma sociedade, não escapam da idêntica condição e carregam consigo as mesmas desinformações.

As escolas públicas e particulares quase nada mencionam sobre as culturas indígenas. E quando tentam ensinar apresentam conteúdos em que os indígenas são retratados de forma folclórica e estereotipada como nas datas “comemorativas” no “dia do índio”. Na tentativa de corrigir essa distorção histórica os indígenas e os movimentos sociais indígenas conseguiram a aprovação da lei nº 11.645/2008, que provocou alterações na Lei de Diretrizes Básicas da Educação estabelecendo a obrigatoriedade da temática História e Cultura Indígena nos currículos escolares. No entanto, que embora a mencionada norma tenha sido editada a mais de dez anos até a presente data ainda não está totalmente regulamentada e aplicada em consonância com o objetivo da norma.

Acredito que uma instituição diretamente corresponsável pela segurança pública deve formar seus policiais com currículos e conteúdos interculturais, problematizando as discriminações decorrentes dessas diferenças culturais, enfim,

educando o olhar dos agentes de segurança para respeitar as diferentes pessoas e culturas.

RHM - *Senhor entrevistado, gostaríamos de registrar suas considerações finais.*

As instituições policiais estiveram por muito tempo alheias ao incentivo para a graduação e qualificação *latu sensu* e *strictu sensu* de seus membros, deixando um imenso vazio na produção de estudos acadêmicos na área da segurança estadual e nacional. Isso permitiu que pessoas totalmente avessas à área da segurança aventurassem nesse tema, emitissem suas opiniões e formassem convicções distorcidas da realidade.

É notório que muitos oficiais e praças têm tido o apoio necessário e incentivo para a produção do conhecimento em várias áreas, principalmente no tocante a nossa atividade policial, projetando nossa instituição a trilhar ainda mais o caminho da legalidade e da promoção social.

Aproveito a oportunidade para agradecer imensamente a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso por permitir a minha qualificação pessoal e profissional na área da Educação, proporcionando incondicional apoio à minha pesquisa e que, sem temer quaisquer críticas, abriu as portas da Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa e da Academia de Polícia Militar Costa Verde, imprescindível para o desenvolvimento deste estudo.

RHM - *Muito obrigado pela entrevista!*

ENTREVISTA



Ten Cel PM Diva Maria de Oliveira Mainardi
Doutora em Educação - UFMT

Entrevistado por Josemy Brito da Silva em 16/10/2018

RESUMO BIOGRÁFICO

Nascida em Cuiabá, estudou até a sétima série na capital matogrossense, em seguida, morou na região nordeste do país, até quase completar o ensino médio, quando retornou à Cuiabá em Mato Grosso. Após o término dos estudos iniciais, passou no vestibular para o Curso De Formação de Oficiais da Polícia Militar, ingressando nas fileiras da Instituição no ano de 1994 na Academia Costa Verde. Filha de uma mineira e um paulista, casou-se em 2009 e hoje, mãe de Antonela, sua única filha. Além do Curso de Formação de Oficiais, formou-se também em Ciências Sociais como bacharel, fez especialização em Gestão de Segurança Pública e Altos Estudos em Segurança Pública. É mestra em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso e doutora em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba. Foi piloto do Grupamento Aéreo de Mato Grosso, comandante da Escola da Polícia Militar Tiradentes, Coordenadora de diversos cursos na Instituição, Diretora Adjunta de Ensino da PMMT, Diretora do Centro de Pesquisas da PMMT, Assessora de Comunicação Social da PMMT, Comandante Adjunta do 2º Comando Regional de Várzea Grande e docente na Instituição PMMT.

RHM -Inicialmente, perguntamos: O que levou a Senhora a abordar e desenvolver uma pesquisa em âmbito de pós-graduação stricto sensu com o tema: A Formação de Oficiais das Polícias Militares, numa Perspectiva da Educação?

Meu interesse em estudar a formação policial militar nasceu a partir de minhas próprias vivências como aluna que também fui um dia e depois com a experiência de participar de uma equipe que efetivou, dentre outras coisas, o credenciamento da Academia de Polícia Militar Costa Verde, além de realizar um grande evento em educação PM em Mato Grosso, o ENESPM. A partir disso, comecei a pensar especificamente sobre a formação de oficiais em Mato Grosso e no Brasil. No mestrado estudei a formação de mulheres PM e no doutorado dei continuidade nos estudos sobre formação policial como um todo.

RHM - Percebemos que em vossa pesquisa, a senhora descreve a importância do tema Educação para a profissionalidade policial militar, partindo de uma análise das produções acadêmicas nos programas de pós-graduação em educação de algumas regiões em específico centro - oeste e sudeste. Para a senhora qual a conclusão e contribuição acadêmica para o ensino policial militar?

Em relação ao tema profissionalidade, a pesquisa ressalta a relevância de se estudar as competências complexas nas atividades PM, o que em outras áreas já vem sendo amplamente analisado por pesquisadores. Esse tema deve ser explorado devido à necessidade que as atividades das polícias militares têm ainda de consolidar uma ciência, e isso é feito em minha pesquisa de forma precursora. Para esse avanço na consolidação, o estado da arte se faz necessário, pois proporciona uma ampla visão sobre as pesquisas em Educação com o tema voltado à formação PM, que é um processo importante dentro da profissionalidade. Esse estudo possibilita dimensionar a situação do campo de interesse da Instituição, de forma que hoje, é possível saber quais temas estão ainda sem atenção dos pesquisadores e quais as tendências de outros.

RHM - Como surgiu a ideia de observar as mudanças curriculares significativas no processo de formação de duas turmas, nos anos de 1994 e 2006, e como chegou a conclusão que as mudanças provavelmente foram acarretadas pela proposição da Matriz Curricular Nacional (MCN)?

Primeiramente, parti de minhas memórias e vivências para perceber que ocorreram mudanças significativas do período de formação de minha turma em relação a outras que vieram em seguida. Então, busquei marcos temporais e observei que com a implementação da MCN nos currículos da APMCV, as mudanças foram evidentes. Porém, na formação dos agentes de segurança pública no Brasil, a MCN, foi na verdade, parte de um processo de transformações resultante de demandas tanto da sociedade civil quanto dos próprios policiais militares e que nem sempre correspondeu ao desejado de ambas as partes, mas, muito provavelmente, de imposições e negociações com os governos.

RHM - *Houve dificuldade em realizar os levantamentos de dados e as análises das dissertações e teses para tabular dados da pesquisa, tendo em vista que a poucos trabalhos apresentado em academias sobre a formação de oficiais nas policias militares em todo o país?*

Quando da propositura do projeto imaginei que os números fossem pequenos e me preparei para lidar com isso. E os resultados serviram para alertar da importância de pesquisas sobre o ofício PM *strictu sensu*, para que o campo temático seja explorado e também mostrar que existe uma lacuna tanto na Educação quanto na Segurança Pública que interfere diretamente na consolidação de uma ciência das atividades PM, bem assim, na sua profissionalidade.

RHM - *Em sua visão como, pesquisadora e policial militar experiente, qual é a importância de uma instituição que valoriza a pesquisa científica e seus resultados, que foge um pouco dos meros dados estatísticos para formular a ideia da Ciência da Educação e melhor participação na montagem de currículos educacionais para o curso de formação de oficiais que se voltam a respeito aos direitos humanos?*

Essa carência de estudos *strictu sensu* sobre as Polícias Militares, em especial, voltados à temática de formação, demonstra uma cultura que ainda resiste à importância desse processo como parte da consolidação da profissionalidade policial militar. E isto está longe de ser apenas a observância dos direitos humanos nas atuações rotineiras e, sim, um conjunto de aspectos que se complementam e dizem respeito à saberes, atitudes e competências complexas que, juntos levam à

conscientização de cada profissional sobre o seu papel no contexto social. Para tanto, importante se considerar a necessidade de resolução dos problemas imediatos tanto quanto o processo histórico de construção de existência e sua missão na sociedade.

RHM - *Deixo um espaço para a Senhora fazer qualquer outra manifestação sobre parte do seu trabalho acadêmico que ficou esquecido nas perguntas lhes dirigidas?*

Além da formação de oficiais PM, a profissionalidade policial militar também é um campo temático a ser explorado por pesquisadores que tenham interesse no tema, além de outros que ainda carecem de pesquisas, como melhor explicitado em minha tese. E o que destaco na minha pesquisa é a trajetória de construção dos corpos de polícias em todo o país. Em realidade, as Polícias Militares tem uma história e características próprias, suas peculiaridades e, por isso, precisam olhar para seu próprio passado para construir seu futuro, sem receios, confiando em suas experiências, em suas vivências, em suas lutas e glórias. .

RHM - *Senhora entrevistada, gostaríamos de registrar suas considerações finais?*

Todas as temáticas sobre as Instituições Policiais Militares são importantes, tanto sobre os agentes quanto sobre as atividades e a história. Independentemente de qual seja o interesse do pesquisador, é preciso que se valorize as pesquisas. Pois o conhecimento é a base para a continuidade do trabalho do profissional, para sua perenidade diante das demandas sociais. Somente a partir do conhecimento sobre si mesma é que as Instituições podem avançar acompanhando as necessidades da comunidade a que serve e garantindo sua efetividade nos serviços disponibilizados

RHM - *Muito obrigado pela entrevista!*

ENTREVISTA



Ten Cel PM Sebastião Carlos Rodrigues da Silva
Mestre em Sociologia - UFMT

*Entrevistado por Enzi Cerqueira de Almeida Junior em
05/10/2018*

RESUMO BIOGRÁFICO

Sebastião Carlos Rodrigues da Silva, natural de Poxoréu-MT, filho de Antonio Calino da Silva (*in memorian*) e Dalvina Rodrigues da Silva, atualmente lotado no Centro de Desenvolvimento e Pesquisa da PMMT e Coordenadoria das Escolas Estaduais da Polícia Militar Tiradentes. Casado com Jéssica Kennia Figueiredo Rodrigues - pedagoga lotada no Colégio Salesiano Santo Antonio - CSSA, pai de Niccolie Lorryne Rodrigues de Figueiredo - 14 anos e Nícolas Carlos Rodrigues de Figueiredo - 10 anos, residente em Cuiabá. Atualmente Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Mato Grosso, iniciou sua trajetória acadêmica na cidade de Poxoréu-MT na Escola Estadual "Poxoreu" - terra natal e concluiu o ensino fundamental na Escola Estadual Antonio Epaminondas e o ensino médio na Escola Estadual Presidente Médici - ambas em Cuiabá-MT. Ingressou nas fileiras da PMMT

pelo Curso de Formação de Soldados em 1994 - não concluído, depois frequentou o Curso de Formação de Oficiais 1996/1998 - bacharel em segurança pública. É especialista em Gestão em Segurança Pública pela UNEMAT - 2008, Especialista em Política de Segurança Pública e Direitos Humanos pela UFMT - 2011. Em janeiro de 2018 concluiu com êxito o Mestrado em Sociologia pela UFMT (2016/2018) - sendo o primeiro Mestre em Sociologia da UFMT.

Trabalhou no Batalhão da Polícia Militar de Guardas (1999-2001); 3º Batalhão da Polícia Militar - Subcomandante da Companhia de Polícia Comunitária do Pedra 90 (2001), Comandante da Companhia de Polícia Comunitária do Moinho (2002/2003); Integrante da Corregedoria da Polícia Militar (2003/2006); Gerente Administrativo e Operacional do Grupo Especial de Segurança de Fronteira GEFRON (2006/2008); Gerente de Segurança do Centro de Operações Tecnológicas dos XV Jogos Panamericanos RIO/2007; Subcomandante do 18º Comando de Policiamento de Área Pontes e Lacerda (2008/2009); Subcomandante do 3º Batalhão da Polícia Militar (2009/2010); Subcomandante do Batalhão da Polícia Militar de Trânsito (2010/2011); Diretor da Escola da Polícia Militar Tiradentes (2012/2013); Coordenador Adjunto do Centro de Desenvolvimento e Pesquisa da PMMT (2013/2016); Comandante da Escola Superior de Formação e Aperfeiçoamento de Praças ESFAP (2016/2017); Diretor do Centro de Desenvolvimento e Pesquisa da PMMT, Coordenador das Escolas Estaduais da Polícia Militar Tiradentes (2017 aos dias atuais).

Possui os cursos na Polícia Militar: Curso de Formação de Oficiais (1996/1998); Curso de Instrutor e Multiplicador de Polícia Interativa na PMES (Vitória-ES 2002); Instrução de Nivelamento de Conhecimento da Força Nacional de Segurança Pública - ANP em Brasília 2005); Curso de Especialização de Oficiais em Polícia Judiciária Militar na PMESP (São Paulo-SP 2005); Curso de Instrutor, Multiplicador e Promotor de Polícia Comunitária SENASP (2005/2006); Especialização em Gestão em Segurança Pública - CAO/PMMT (2008); Curso Internacional de Multiplicador e Instrutor em Polícia Comunitária - Sistema KOBAN na PMESP (São Paulo-SP 2010); Curso Superior de Polícia com ênfase em Estudo de Comando e Estado Maior CSP/2015).

O ingresso na carreira policial se deu por uma iniciativa e convite de um amigo de minha família, hoje na inatividade (aposentado) que aclarou as vantagens, desvantagens e desafios de ser um policial militar. Se bem que não há de negar que um dos atrativos foi a estabilidade financeira do serviço público. Para um adolescente que ainda cursava Educação Física na UFMT, abandonar tudo e mudar consideravelmente o caminho a percorrer não foi uma decisão tão simples assim. Na primeira tentativa, no antigo vestibular, sem tanto compromisso com o resultado, apenas valorizando o conhecimento que afluía e estava ainda presente, alcancei classificação satisfatória e fui convocado a comparecer no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da PMMT, que por razões pessoais (não poder conciliar o estudo universitário com o curso) solicitei meu desligamento ou desistência e retornei à faculdade de Educação Física na UFMT. Dois anos mais tarde alcanço êxito e ingresso na Academia da Polícia Militar, iniciando minha carreira e trajetória policial militar. Para muitos colegas de profissão o ingresso à Instituição Policial deu-se por vocação, para mim essa assertiva não prospera. Foi tudo muito rápido, e quando percebi estava envolvido com os objetivos e desafios da profissão. Inicialmente imaginava a profissão sobre um prisma, um olhar e uma perspectiva, somado às instruções de estilo educação bancária que recebíamos ao longo de três longos anos. Aprende-se a gostar e defender princípios e objetivos nunca vivenciados antes, mas que passam a fazer parte de sua vida profissional e particular. O Curso de Formação de Oficiais exige do estudante muito empenho, tanto em atividades físicas, técnicas, bem como a dedicação à leitura, hábitos práticos e muito planejamento. Partindo da iniciativa de alguns professores em áreas como Psicologia, Sociologia, Direito, Filosofia e história do Brasil partindo de vários olhares social, da educação e humanístico, oportunisto-me o acesso a informações interessantes, antes não levadas em consideração. Enveredar-se aos estudos da historicidade da polícia brasileira sobre várias perspectivas e olhares, acompanhando sua evolução e participação nos momentos e movimentos históricos do Brasil, propiciou-me e despertou em mim um sentimento de buscar algumas respostas a perguntas não respondidas no seio da caserna: entender o verdadeiro papel das polícias brasileiras. Uma busca incessante, que hoje sentimo-nos mais à vontade em tentar aclarar. Para uma pessoa de origem

familiar humilde, descendente de garimpeiro forjado nas grupiarias ao redor do Morro da Mesa da linda Poxoréu, já bastava por aí o alcance pleno em ingressar e fazer parte da Polícia Militar de Mato Grosso. Mas, caminhamos um pouquinho mais!

Na busca pelo entendimento do verdadeiro papel das polícias brasileiras lancei-me a trilhar num mundo não muito afeto a mim à época _ à leitura e realização de cursos profissionais. Alguns desses cursos me puseram a reflexão e repensar o “ser policial” e uma pergunta ainda ficava entalada na garganta: Somos Polícia da sociedade ou Polícia do governo? Num prisma teórico acompanhado de fundamentos legais a resposta é óbvia e direta: Polícia da sociedade! Mas numa prática diária, em alguma das vezes, não há suficiente segurança para asseverar essa assertiva.

Na busca de entender o verdadeiro papel das polícias brasileiras, sobretudo, as polícias militares, ousamos em trilhar por um caminho, não comum percorrido por um policial militar a alcançar estas respostas ainda presentes e não respondidas. E a consolidação do verdadeiro papel das polícias brasileiras perpassa pelos fundamentos de polícia comunitária, que traz uma poderosa estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e polícia. Na Especialização em Políticas de Segurança Pública e Direitos Humanos da UFMT em 2010/2011, pesquisei sobre a *Lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrência de menor potencial ofensivo lavrado por policiais militares como forma de garantia dos direitos humanos*, numa dicotomia da ação policial, mais alicerçada pela modalidade de policiamento comunitário. Ainda com a inquietação, inquietante (pleonasma proposital) busquei na Sociologia - Mestrado pela UFMT a resposta ou caminho rumo a encontrá-la, agora pelo viés da relação tensional entre Estado e Sociedade, isto pela percepção holística da Polícia Comunitária por meio de seus atores e polos - pesquisa desenvolvida *Polícia Comunitária em Mato Grosso: tensão entre Estado e Sociedade*. Partimos do conceito de Polícia Comunitária (Trojanowicz), na tentativa de promover um diálogo com os teóricos que sustentam os conceitos de capital social (Pierre Bourdieu e Coleman) como civismo (Robert Putnam) e associativismo (Alexis de Tocqueville). Iniciando a abordagem acadêmica pelo polo Sociedade - numa

inversão comumente pesquisada quando se tem abordado o referido assunto – comumente partem de um olhar do Estado – um olhar verticalizado de cima para baixo. Trago para dentro do diálogo o posicionamento de Michael Oakeshott sobre o racionalismo – por entender que a implantação do projeto de Polícia Comunitária teve essa característica, e por fim, na dicotomia das modalidades de policiamento tradicional e comunitário – ousamos fazer um paralelo sobre o modelo de vigilância panóptica. Ao final de nossa pesquisa concluímos pela insuficiência de base cívica na sociedade cuiabana – exigida para se implantar o projeto de polícia comunitária – uma exigência do seu próprio conceito, e sugerimos que o o projeto de polícia comunitária mais se assemelha com um processo de descentralização de ações, atividades e policiamento da Polícia Militar – um modelo de policiamento voltado para a resolução de problemas, pelo viés tradicional em sua predominância.

RHM – *Percebemos na pesquisa desenvolvida pelo Senhor que o assunto Polícia Comunitária cai no gosto da sociedade, tanto das autoridades públicas quanto da população, que veem nesse projeto uma chance de aproximação do Estado com o cidadão e das massas – algo sempre sonhado ao longo de nossa história. Mas o que é essa Polícia Comunitária que tanto falamos e ouvimos falar?*

Inicialmente agradeço ao Centro de Pesquisa da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso e à equipe editorial da Revista Científica Homens do Mato pelo espaço permitido a nós para falarmos sobre um assunto tão interessante e importante à sociedade. Parece algo simplista, mas o projeto de Polícia Comunitária implantado em Cuiabá-MT nos idos de 1999, traz uma possibilidade, ainda que ínfima, mas é uma possibilidade de estreitamento das relações entre Estado e Sociedade – Se observarmos a trajetória da sociedade brasileira, podemos afirmar que esse avanço é significativo – isso num plano teórico. Veja bem, a Polícia Comunitária foi muito comentada nos últimos anos, principalmente na seara da segurança pública. Diante das taxas elevadas e alarmantes de violência e criminalidade – o Estado ou os governos precisam encontrar um diagnóstico ou antídoto que pudesse frear essa escalada que atemorizava a todos e obrigava ao estabelecimento de políticas públicas de segurança. Caiu no gosto das autoridades que a cada dia engrossava seu discurso dizendo que iria implantar novas Bases e/ou Companhia de Polícia

Comunitária – inicia-se a polarização desenfreada de Bases Comunitárias em Mato Grosso e Cuiabá-MT salta com seu pioneirismo. Todavia esqueceu-se de buscar a interpretação do vem a ser “polícia comunitária”. Vamos iniciar pelo início! (rs). O projeto de Polícia Comunitária em Mato Grosso surgiu de uma “ordem” – diretriz nacional que implicava aos Estados a adesão ao Plano Nacional de Segurança Pública que dentre outros programas trazia o da polícia comunitária. E assim, começou a implantação nas regiões Pedra 90, Parque do Lago, Pedregal, Moinho, Jardim Vitória e em outros bairros e região de Cuiabá. Se observarmos o que diz a teoria (conceito) de polícia comunitária trazido por Trojanowicz (1999) veremos que, polícia comunitária é: *“uma filosofia e uma estratégia organizacional que **proporciona uma parceria entre a população e a polícia**, baseada na premissa de que **tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos, como crimes, drogas, medos, desordens físicas, morais e até mesmo a decadência dos bairros, com o objetivo de melhorar a qualidade geral de vida na área. O policiamento comunitário baseia-se na crença de que os problemas sociais terão soluções cada vez mais efetivas, na medida em que haja a participação de todos na sua identificação, análise e discussão.**”* Vejam que há uma tríade no formato da polícia comunitária, para entendermos o seu conceito – que exige uma relação entre Estado e Sociedade. Há uma relação bidirecional entre Estado e Sociedade no projeto, e isso precisa estar evidente e presente fortemente. Permita-nos uma correção! Quando falamos do ator social Estado – devemos entender que o Estado aqui é representado pela Polícia Militar. O outro ator social é a Sociedade aqui representado pelo cidadão. A sociedade contemporânea brasileira tem vivenciado, sobretudo a partir da metade do século passado, um conceito de desenvolvimento relacionado ao procedimento ou processo de qualidade de vida em sociedade. A compreensão desse desenvolvimento nas dimensões nacionais ou regionais são utilizadas como parâmetros para entender e estabelecer condições de vida na sociedade contemporânea. Nesse mister, entender as complexidades do desenvolvimento da vida em sociedade requer alguns cuidados e atitudes que fogem do controle individualista de cada cidadão, transpassando o convívio coletivo em sociedade, situação defendida por teóricos, quando se torna primordial a existência e o

acúmulo de capital social, para se alcançar essas condições. E como funcionar-se-ia essa relação de tensão entre Estado e sociedade? Perpassa por inúmeros estudos e observações, em especial, no que concerne à sociedade. E uma das formas de governar demanda que se estabeleçam mecanismos de relacionamentos entre Estado e sociedade com fins precípuos de reduzir a tensão existente. Segundo Foucault (2005), a instituição policial serve a esses propósitos dos governos, o que a torna um instrumento de controle social, de *vigilância panóptica*. Embora haja críticas, tentamos fazer uma breve comparação desse controle ao modelo de atuação policial da Polícia Militar que nas diversas modalidades de policiamento empregadas exerce certa vigilância à sociedade - com o objetivo de garantir tranquilidade e ordem pública, pelo viés preventivo e propiciando ação reativa imediata, caso essa ordem seja quebrada. A Polícia Militar, por outras estruturas ligadas ao aparato da segurança pública, como videomonitoramento, desempenha essa vigilância diuturna. Trazer o Estado (representado pela Polícia Militar) para junto da Sociedade para que caminhem juntos e busquem soluções aos problemas que os assolam direta ou indiretamente é algo extremamente fantástico. Todavia esse comportamento não se adquire da noite para o dia - leva-se anos, décadas e/ou centenas de anos - então o projeto de Polícia Comunitária é de longo prazo para sua consolidação e mensuração. Não dá para tratá-lo como algo imediatista e de pequeníssimo prazo para submetê-lo à avaliação. Não tem que ter pressa, mas infelizmente em Mato Grosso, a pressa veio a frente de outras necessidades cruciais - daí resultou nesse esquecimento e descrédito por parte dos envolvidos tanto pela sociedade quanto pela própria Polícia Militar.

RHM - Então o Senhor afirma que a Polícia Comunitária em Cuiabá-MT está em decadência?

Eu afirmo isso, com base na pesquisa que desenvolvi no segundo semestre de 2017. E olha que Eu pesquisei em toda região de Cuiabá-MT. Precisamente em 16 (dezesseis) grandes áreas territoriais que tem o projeto iniciado e implantado perfazendo quase 100 (cem) bairros. Nessa pesquisa o público alvo foram os cidadãos eleitores residentes nos bairros em que tem o projeto de Polícia

Comunitária implantado - foram mais de 650 (seiscentos e cinquenta) cidadãos eleitores entrevistados. Repito: entrevistados! Eu apliquei a técnica de entrevista do *survey* que continha 48 (quarenta e oito) perguntas e o resultado, após a interpretação dos dados foi surpreendente. Em nossa pesquisa reunimos um grupo de 10 (dez) lideranças comunitárias - presidentes de CONSEG (Conselho Comunitário de Segurança) e aplicamos a técnica do grupo focal - conversamos por mais de 03 (três) horas sobre a implantação, desenvolvimento e avaliação do projeto de Polícia Comunitária. Por fim, em nossa pesquisa, aplicamos a técnica da entrevista semiestruturada com os gestores públicos - entrevistamos gestores macros e gestores locais da seara da segurança pública sobre o tema em apreço. E nossa conclusão permite-nos asseverar que o projeto não tem prosperado por inúmeros fatores e motivos, dos quais elencamos o principal: baixo capital social coletivo (ou insuficiente) como civismo e associativismo por parte da sociedade cuiabana à consolidação do projeto de Polícia Comunitária. O projeto veio como uma bula de remédio para todos os males dos problemas da segurança pública (taxas de crimes e violência), porém não encontrou "terreno fértil" e acabou servindo mais como um projeto político do que projeto técnico e social. A Polícia Comunitária jamais deveria ter sido implantada em Mato Grosso, mas sim transitar-se para ela. A Polícia Comunitária assim como na Inglaterra, Estados Unidos, Japão e outros países que deram certo, surgiram dentro da sociedade e avançou às estruturas do Estado - num caminhar de uma política pública de segurança. Por exemplo, na sociedade estadunidense não foi o projeto de Polícia Comunitária que a moldou e a caracterizou com cívica e associativistas - essas características estão presente na desde os tempos de "comuna da Nova Inglaterra" - Tocqueville em 1835 já relatava essa característica da sociedade americana que despertava curiosidade e receio ao Velho Continente - a força das comunas e o associativismo coletivo gregário que se fazia presente. E no Brasil? Qual é a característica da sociedade brasileira? Segundo Jessé de Souza e Gilberto Freyre somos uma sociedade patriarcal, herança desde os tempos de nossa colonização, que persiste em nosso meio até os dias atuais. É comum confundirmos Polícia Comunitária e Policiamento Comunitário. Este último é o único tipo de policiamento da Polícia Militar, que só pode ser exercido pelo

cidadão comum.

RHM - *Essa bidirecionalidade entre Estado e Sociedade no projeto de Polícia Comunitária aparentemente, proporciona que autoridades públicas representantes do Estado sentem à mesa com o cidadão para discutir segurança pública, buscando o viés da solução pacífica dos conflitos, sem judicializar ações. Isso é possível? A sociedade brasileira, mato-grossense e cuiabana tem essa característica e condições para assim agir?*

Interessante sua pergunta, porque traz algumas particularidades importantes da implantação do projeto e do seu desenvolvimento. Essa relação direcional proposta pelo projeto de Polícia Comunitária não ficou muito claro como dar-se-ia. Então surgem algumas personificações. Como o projeto é da Polícia Militar, embora todos seguissem ou deviam seguir a literatura e base conceitual do projeto, bem como a filosofia que deveria ser difundida – ficando a cargo do entendimento de cada Comandante de Base Comunitária fazer sua interpretação e levar para o dia-a-dia juntamente com as lideranças comunitárias que também tiveram suas contribuições nessas personificações. No Brasil a persecução criminal não permite alguns entendimentos contrários ao que ele propõe e estabelece como regra para o funcionamento de cada instituição que a integra. Desde a deflagração do delito ao recolhimento ao estabelecimento prisional, cada instituição tem seu papel bem definido e sua contrariedade implica e impõe responsabilidade ao inobservante – que por dever tem a obrigatoriedade agir, sem descarrilhar dos trilhos que emolduram o ciclo da persecução criminal e das próprias leis. Raramente ocorrerá uma situação de conflito instalado ou eclodido para se buscar um viés relativizado e emoldurado nas boas práticas de polícia comunitária. O que se pretende o projeto é a antecipação dessa deflagração – missão árdua e difícil de ser posta em prática, exceto quando se busca evitar ou reduzir essa prática naquela comunidade. Outro fator complicador é o envolvimento da sociedade no projeto. Pois a sociedade cuiabana e mato-grossense tem o interesse individual em sobreposição ao interesse coletivo. Quando falamos em segurança pública tem a preocupação individualizada em um primeiro momento, depois pensa-se no coletivo. É uma segurança pública predatória no lugar da gregária – no projeto de Polícia Comunitária exige-se justamente o contrário.

Acredito que estamos caminhando para esse patamar, mas ainda estamos muito distante de atingir esse nível de comportamento social. Os problemas da segurança pública na maioria das vezes acabam caindo na “conta da Polícia Militar” – como se fosse a única responsável.

RHM – Como se deu a implantação da Polícia Comunitária no Brasil? O Senhor concorda com a maneira que foi introduzida e implantada em Mato Grosso? Haveria outra maneira de se implantar esse projeto? Podemos dizer que a Polícia Comunitária é uma polícia importada?

Em Mato Grosso surgiu no fim dos anos 1990. Houve a iniciativa de acompanhar as experiências de outras polícias militares como a PM de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, que tiveram suas experiências e alguns resultados alcançados e analisados. Temos o exemplo do projeto de Polícia Interativa da Polícia Militar do Espírito Santo, originado na cidade de Guaçuí (em 1986) que, serviu de modelo e referência para estudos e análises pelo governo local, que podem ter influenciado o Plano Nacional de Segurança Pública do governo federal. O projeto de Polícia Comunitária foi apresentado como política nacional única voltada à segurança pública brasileira, que promoveu a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), do Plano Nacional de Segurança Pública (PLANASP) e do Fundo Nacional de Segurança Pública. Trouxe às unidades federativas o projeto de Polícia Comunitária, como ferramenta de enfrentamento aos elevados índices de violência e criminalidade nos grandes centros urbanos brasileiros, e Mato Grosso aderiu ao programa dando seus primeiros passos na seara da Polícia Comunitária. Foi impositiva a implantação do projeto de Polícia Comunitária em Mato Grosso – não havia outra saída de alcançar recursos aos problemas da segurança pública senão pela adesão ao programa nacional – foi um projeto verticalizado que coube aos Estados por meios de suas polícias militares adaptar à sua realidade. A busca pela melhoria das ações de segurança pública, sobretudo discutindo o papel das instituições policiais frente à escalada da violência e da criminalidade, com implementação de políticas públicas e participação da sociedade foi gigantesco passo alcançado pela sociedade brasileira, porém, o projeto que se assemelharia a um *projeto nacional*, nos pareceu mais como um *projeto racionalista*, dentro de uma

perspectiva *oakeshottiana* (Michael Joseph Oakeshott) – centrado e moldado em uma visão de poucos (racionalistas) que decidiram o que, e como deveria ser o projeto, desconsiderando a própria base conceitual teórica que deveria constituir-lo. Buscou-se alicerçar o projeto ao conceito de Polícia Comunitária de Trojanowicz, mas que ficou clara sobreposição do Estado ao ator social Sociedade na relação bidirecional do projeto, pelo menos na implantação foi essa a leitura e interpretação que fizemos. Entendemos que a participação da sociedade nesse processo de implantação é fundamental à consolidação do projeto de Polícia Comunitária. Analisar essa implantação, bem como, mensurar a dimensão dessa participação são meios que podem proporcionar outras informações importantes, somadas à verificação do grau de base cívica da sociedade local à época da implantação é algo imprescindível – é uma constatação! É difícil dizer se haveria outra maneira de implantar, dadas as particularidades do período em que ocorreu a implantação do projeto. Acredito que hoje, a implantação do projeto de polícia comunitária poderia seguir outro caminho, menos traumático e mais comunicativo e participativo, abrindo de vez as portas para que a sociedade possa realmente sentar-se à mesa e discutir. Porém, não podemos que há na sociedade mato-grossense e cuiabana condições suficientes emolduradas no capital social como civismo e associativismo para efetiva participação no projeto. Sim, a Polícia Comunitária em Mato Grosso é uma polícia importada. Inicialmente com algumas características dos moldes da polícia de Robert Peel na Inglaterra, depois avançamos ao modelo da polícia estadunidense de Trojanowicz, avançamos para outros modelos como a polícia comunitária de Israel e por fim hoje adotamos o modelo de polícia comunitária japonesa alicerçada nos *kobans* e *Tchusaisho*. São métodos e estruturas arquitetônicas da polícia japonesa que alicerçam o policiamento comunitário – porém o diferencial está na cultura do povo japonês em relação à força policial, no relacionamento da população entre si, na escala de prioridades em que o coletivo vem à frente do individual. E no Brasil? Em Mato Grosso passamos por todas essas experiências, fora as personificações que alguns Comandantes de Bases entendiam ser necessária adotar e implantar, porém nem sempre o diálogo entre as partes era amistoso, efetivo e único. Por inúmeras razões sem atribuir responsáveis, mas que estremeceu as bases entre as partes que deveriam estar caminhando para a

consolidação. Estamos falando de um projeto que alcançou sua maioridade (19 anos) e que ainda não se firmou como se pretendia com a implantação, mas que existe na estrutura da Polícia Militar. Em quase 19 anos seguimos inúmeros modelos e tentamos segui-los *ipsis literis*, quando poderíamos buscar um modelo próprio que atingisse os objetivos almejados por nós (Polícia Militar e Sociedade), diante de nossa realidade. Para o racionalista *oakeshottiano* existe uma solução racional para todos os problemas, sem considerar outras circunstâncias, sua razão sabe melhor o que é bom para si e para os outros. Na Polícia Comunitária, o projeto foi conhecido por alguns gestores públicos e implantado por meio das polícias militares, independente das circunstâncias regionais e da existência de condições favoráveis na sociedade. Importou-se a fórmula, mas esqueceu-se de analisar e preparar as bases, as condições e sustentações de onde se tentaria implantar os modelos, pois projetos de vários países, que em nada se assemelham ao Brasil, foram usados. Iniciamos com o modelo norte-americano e por vários outros modelos até chegarmos à implantação do modelo atual em Mato Grosso, que hoje se baseia no modelo de policiamento comunitário japonês, o Koban. Surgiu a ideia e a “*certeza*” de que o simples “*importar ideias bem-sucedidas de outros países*” bastaria diante dos inúmeros problemas políticos, sociais e culturais do Brasil. Sem esquecer da imensidão de contrastes existentes no Brasil. Mas como poderia funcionar no Brasil um modelo de atuação policial japonês, que tem como base uma cultura milenar? Esses modelos copiados de experiências internacionais não passou por um processo de discussão entre os atores envolvidos nesse polo tensional que são parceiros e isonômicos nessa relação. Simplesmente foi apresentado o projeto e posto em prática – então não há como se esperar resultados satisfatórios a curto prazo. Lembramos bem que nessa seara de discussões e buscas em encontrar meios para resolver e/ou amenizar os efeitos da escalada da violência e da criminalidade brasileira, a implementação de políticas públicas de segurança pública perpassou por esse olhar – capitaneada pelos críticos e representantes do Estado. Eis que surge uma solução para todos esses problemas e outros relacionados: **a Polícia Comunitária**. Basta importar um modelo para o Brasil! Foi essa a ideia fazendo surgir a *bula de remédio* para todos os males e problemas envoltos à insegurança pública e despreparo do Estado em prover segurança pública aos

cidadãos, como medida a ser posta em prática, diante da obediência ao preceito constitucional - Foi com esse propósito que surgiu a Polícia Comunitária em Mato Grosso.

RHM - Em sua pesquisa, o Senhor fala de civismo e associativismo como requisito social para implantação do projeto de Polícia Comunitária - de qual civismo e associativismo que descortina em sua pesquisa? A sociedade cuiabana tem essa base cívica suficiente para incorporar e participar ativamente do projeto de Polícia Comunitária?

Na pesquisa trabalhamos com alguns conceitos, dentre eles o civismo e o associativismo. Esse civismo deriva do capital social, em que partimos do posicionamento de James Coleman, todavia, tratamos de uma concepção diferenciada do posicionamento de Pierre Bourdieu - que traz o capital social como algo inerente à pessoa, de maneira particular e individual - necessários à discussão sociológica na relação tensional: Estado e Sociedade - atributos imprescindíveis nos dois polos da estrutura conceitual da Polícia Comunitária, tanto na Polícia Militar, quanto na sociedade.

Então vejamos. Se o projeto de Polícia Comunitária exige essa interação, podemos afirmar que há necessidade de haver nível de adequação na sociedade e no Estado para que o projeto de Polícia Comunitária possa sustentar-se e consolidar-se, por se tratar de um processo bidirecional, em que tais atributos devem estar presentes, senão a tensão existente entre Estado e sociedade não diminui e o projeto pode não se firmar. E esses atributos são o civismo e o associativismo. Entendemos que é *conditio sine qua non* esses dois alicerces suficientes na base da sociedade mato-grossense à implantação e sustentação do projeto de Polícia Comunitária. Mister aclarar que as pré-condições para que haja capital social e a mensuração de seu grau não é um processo simples, pois envolvem múltiplos fatores - que permitem essa análise. Fatores como confiança, participação coletiva, interação comunitária, prática associativista, perspectiva gregária. Lembremos de Raquel Recuero que apresenta dois níveis de capital social: um ligado aos valores possibilitados aos indivíduos (suporte social); e o outro que compreende os valores somente acessados de maneira coletiva (visibilidade e popularidade). Então partimos dois entendimentos que

capital social, para Robert Putnam é um conjunto de recursos adquiridos pelo grupo e foca no coletivo, enquanto que para Pierre Bourdieu, o capital social é fruto das relações sociais e foca na capacidade do indivíduo contribuir e utilizar os recursos disponíveis. O capital social se constitui em um conjunto de recursos de um determinado grupo, através da soma de recursos individuais que podem ser usufruídos por todos os membros do grupo, em caráter recíproco. Essas pré-condições convergem para uma comunidade com participação coletiva forte, forte presença de impulsos revestidos de ideais democráticos e cidadãos, **ambiente propício e necessário para a implantação do projeto de Polícia Comunitária** – que deve ser tratado como uma conquista da sociedade e não como uma imposição do Estado. Os laços entre capital social e Polícia Comunitária se alinham devido a fatores e situações que os estreitam na definição dos seus conceitos e pela exigência de uma relação e interação social entre os polos e redução da tensão entre Estado e sociedade. Na Polícia Comunitária, por definição, se propõe promover interação entre Estado e sociedade para que busquem soluções aos conflitos. Acreditamos que a exigência do envolvimento do cidadão e da sociedade local – a participação comunitária – seja um grande desafio do projeto. Não se deve comparar com a simples presença em reuniões comunitárias, mas desde a discussão, implantação e desenvolvimento das ações em conjunto, envolvendo a comunidade e o segmento estatal. No Brasil, o pontapé dessa participação comunitária ocorre com a representação de líderes comunitários nos Conselhos Comunitários de Segurança até chegar ao cidadão comum. Portanto entendemos que a participação da sociedade em ações comunitárias e seu envolvimento em programas e em projetos que se destinem a promover melhorias e desenvolvimento coletivo e em ações culturais da comunidade, na confiança e organização comunitárias corroboram o acúmulo de capital social. E quanto mais se usa do capital social, mais ele é acumulado e não se desgasta porque é proveniente das relações desenvolvidas em redes e em grupos com fins coletivos. A Polícia Comunitária depende da participação da sociedade civil para atingir seus objetivos de maneira plena e ser considerada atividade democrática. Na Polícia Comunitária, quanto mais ligados os polos Estado e sociedade, maior a possibilidade de promoção da segurança e efetivação da cidadania, e, juntos, tentarão

buscar solução aos conflitos existentes. Quanto ao capital social como associativismo, trazemos o posicionamento de Alexis de Tocqueville que sustenta ser o processo democrático na América era sustentado pela federalização; boas leis; bons hábitos e costumes e a união do espírito de liberdade com o espírito religioso. Além disso, a predominância da vontade popular, através da participação direta nas decisões governamentais e a descentralização administrativa explicam, por fim, o fortalecimento da democracia nos Estados Unidos da América. É nesse costume americano descortinado que nos valem como um dos conceitos utilizados na pesquisa – o capital social como associativismo.

RHM - Como o Senhor pode explicar a dicotomia entre policiamento tradicional e policiamento comunitário? São atividades atribuídas ao policial militar que se integram e se rompem ao longo de sua jornada de trabalho? Como explicar o direcionamento das atividades policiais militares ao viés da filosofia de Polícia Comunitária, quando deparamos com uma sociedade que a cada dia busca uma vigilância diuturna e quase que panóptica?

Pertinentes suas indagações, e requer uma resposta acurada. Veja bem, a instituição policial militar tem sua função e competência alicerçadas no dispositivo legal preconizado na Constituição Federal do Brasil – artigo 144, § 5º – “compete às polícias militares a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública”. Então temos que a atuação de seus integrantes tem como um dos escopos o exercício da atividade de polícia ostensiva. Em resumo, sem mergulhar nos detalhes dessa atuação, o policiamento ostensivo tradicional, é parte da atuação policial. O policiamento ostensivo tradicional tem como objetivo o enfrentamento do crime e da violência. Essa atuação permite à instituição policial agir após a ocorrência do delito ou, em caráter preventivo, pouco antes de ser praticado – essa antecipação é permitida com a utilização do policiamento ostensivo fardado. Nesse modelo de atuação tradicional, a Polícia Militar centra na força seu instrumento de intervenção, tentando conciliar sua ação policial aos aspectos legais e legítimos. No modelo de atuação policial tradicional, a instituição policial age como uma agência do governo fiel ao cumprimento e aplicação da lei – a lei é base da ação policial e seu cumprimento é condição *sine qua non*. Na outra ponta, nessa dicotomia policial, temos o modelo de

atuação policial conhecido como policiamento comunitário em que a lei também é exigida, porém no modelo tradicional essa exigência se apresenta de maneira mais incisiva e destacada. No modelo de atuação policial tradicional, a relação da polícia com o cidadão – de maneira direta – comumente ocorre com os cidadãos envolvidos no conflito – vítimas e testemunhas. Essa relação é momentânea e perdura do chamamento à adoção de providências que o conflito exige. A preocupação da polícia nesses atendimentos é com a resolução do crime, se preocupa mais com os incidentes do que com a ação preventiva e sua eficiência é mensurada pelo tempo-resposta aos atendimentos. Acreditamos que a distribuição dos policiais militares para a atuação diária obedece a outros critérios menos técnicos como interferência política ou intuição do comandante, que tende a responder a uma crise ou buscar condições favoráveis à ação policial. Nesse modelo de atuação policial, busca-se antecipar à eclosão do delito e início do conflito, permite à instituição policial exercer uma maneira de vigilância ostensiva diuturna e certo controle de um bairro, região, cidade. O policiamento ostensivo fardado permite à instituição garantir direitos ligados à ordem e tranquilidade públicas da sociedade, controlar e inibir as ações contrárias ao ordenamento jurídico e, caso ocorra o delito, uma ação célere ao chamamento do cidadão. Esse modelo de atuação policial sustentado na aproximação da instituição policial por força de atender um chamado oriundo de um conflito social, de um delito ocorrido ou prestes a ocorrer, não prioriza uma interação com a sociedade, a exemplo do modelo de atuação da Polícia Comunitária que tem seu alicerce nesse processo interativo entre Estado e sociedade e que não se consolida caso se dispense a horizontalidade das ações conjuntas – bem diferente do outro modelo que preza verticalização partindo do Estado. A instituição policial militar, ao longo de sua trajetória, se portou como defensora dos interesses do Estado, priorizando os governos ao prestar seus serviços, enquanto a sociedade foi mantida a distância. Mas, aos poucos, esse distanciamento começa a diminuir, na tentativa de construir laços fortes entre cidadão e instituição policial. Dão-se os passos necessários à concepção de um novo modelo de atuação policial, Polícia Comunitária. Nos dias de hoje, o modelo de atuação policial é híbrido não há como se separar, o policial militar em sua atividade diária pratica os dois modelos conjuntamente, eles se

completam, se complementam e se interagem. O diferencial está na priorização antes e pós ação policial. Dificilmente você encontrará uma atuação alicerçada somente em um modelo de atuação, sabemos que diante de cada situação haverá uma predominância, ou pelo viés do policiamento tradicional ou pelo viés do modelo de polícia comunitária. Esse sentimento e necessidade de vigilância diuturna que ocorre em nossa sociedade é fruto de inúmeros fatores, que vão desde o abrandamento das interpretações das leis, comportamento da sociedade, atitudes ou falta de atitude dos gestores públicos diante da situação que atormenta a sociedade. O fator confiança ganha destaque nesse emaranhado de situações, pois falta à sociedade brasileira o estabelecimento da confiança entre si: Estado e Sociedade; gestor e cidadão em geral; instituições públicas e cidadãos e por aí vai. Daí nossa comparação da atuação policial pelo viés tradicional ao processo de vigilância diuturna - uma espécie de panoptismo ininterrupto. E quanto mais vigiado, mais seguro ou tranquilo eu estou. A começar por nossas residências, escolas dos filhos, comércios, praças, ruas, avenidas, igrejas e outros lugares e setores da sociedade que são vigiados 24 horas por dia - em não raras vezes invadindo a própria intimidade do cidadão.

RHM - Deixo um espaço para o Senhor fazer qualquer outra manifestação sobre parte do seu trabalho acadêmico que ficou esquecido nas perguntas lhes dirigidas.

O projeto de Polícia Comunitária foi verticalizado, contrariando a própria conceituação trazida por Robert Trojanowicz, atendeu a uma determinação do governo federal que por meio de uma Diretriz condicionou os investimentos nos Estados na seara da segurança pública à adesão ao projeto de Polícia Comunitária. A Polícia Militar foi a primeira e a única que permanece firme até hoje no projeto que aos “trancos e barrancos” caminha cambaleante ou não, mas mantém dentro de sua estrutura e organização o projeto de Polícia Comunitária - exemplo as Bases Comunitárias, a Coordenadoria de Polícia Comunitária e ainda fazendo parte do Planejamento Estratégico da PMMT. A Polícia Comunitária está presente na grade curricular dos cursos livres, cursos de formação, capacitação e aperfeiçoamento de policiais militares em todos os níveis, desde os Alunos Soldados até os Oficiais-Alunos no Curso Superior de Polícia. Embora tenha sido a PM a “cobaia” do projeto,

não há que se lamentar sobre o ocorrido, pois a relação entre a Polícia Militar do Mato Grosso e a Sociedade ficou bastante próxima após a implantação do projeto de Polícia Comunitária e as dificuldades encontradas ao longo do período de 19 anos, não é algo particular da PMMT - é uma realidade brasileira. Na pesquisa que desenvolvemos durante o Mestrado em Sociologia na UFMT (2016/2018) não encontramos na **sociedade cuiabana condições suficientes capazes de propiciar a consolidação do projeto de Polícia Comunitária implantado há quase dezoito anos.** Isso é muito preocupante! Os dados permitem afirmar que a realização do projeto de Polícia Comunitária não atende aos requisitos mínimos para a efetivação desse modelo policial conforme o preconizado pelo fato de inexistir na sociedade cuiabana a base cívica necessária que atenda ao paradigma de Polícia Comunitária. **O projeto de Polícia Comunitária que ocorre em alguns países nasce e se consolida no seio da sociedade, é um projeto da sociedade, não do governo.** Essa sociedade com acúmulo de capital social e base cívica forte exige do Estado sua inserção no projeto e interação participativa. Não é o Estado, por decretos e decisões verticalizadas, que impõe um projeto que deve brotar de um processo de interação social entre Estado e sociedade, com objetivo de reduzir ao máximo essa tensão existente entre esses polos. Para o pesquisador Sebastião Carlos Rodrigues da Silva o projeto de Polícia Comunitária foi uma tentativa de aproximação da Polícia Militar da sociedade cuiabana, inicialmente com o propósito de redução das taxas de crimes e violência que geravam uma crise na instituição e incomodavam o governo do estado, além de causar insegurança pública no seio da sociedade - e realmente possibilitou essa aproximação, porém não a aproximação sonhada por Robert Peel e Robert Trojanowicz. O projeto de Polícia Comunitária se caracterizou como uma ferramenta disponível para resolver problemas gerados pela incidência de registros criminais e, aos poucos, oportunizou aos polos Estado e sociedade criar nexos com o objetivo de interagirem na busca de soluções dos conflitos em cada comunidade contemplada com a implantação do projeto. Mesmo diante das dificuldades encontradas, a Polícia Militar abraçou o projeto, trazendo-o para dentro de sua estrutura organizacional e, aos poucos, tentou mudanças na sua consolidação - considerando os equívocos ocorridos. Abandonando algumas características da - tão somente - atuação pelo

policciamento voltado para a resolução de problemas – que por razões técnicas e jurídicas (ciclo da persecução criminal) para compartilhar suas ações com a atuação pelo policiamento comunitário – balizado na interação Polícia Militar e sociedade. Pelo **polo sociedade**, por seus representantes – líderes comunitários, o projeto foi abraçado e aceito e, nos primeiros passos, houve uma adesão da comunidade local ao projeto. Porém por diversos fatores, surgiu certo distanciamento do cidadão ao projeto que perde sua força de persuasão. O projeto tem importância e relevância na sociedade cuiabana, todavia, para que seja implantado é necessário que existam no seio da sociedade algumas condições que propiciem sua consolidação – base cívica. **O civismo e o associativismo são pré-requisitos indispensáveis ao projeto, algo insuficiente na sociedade cuiabana como demonstrou a pesquisa.**

Falar em polícia, em especial em polícia militar nos remete a uma viagem histórica que se funde com a história da humanidade, pois a sociedade, respeitado o seu tempo, sempre teve uma organização policial ou com atribuições e funções de polícia. Polícia é um vocábulo de origem grega, *politeia*, e passou para o latim, *politia*, com o mesmo sentido: governo de uma cidade, administração, forma de governo. É uma Corporação incumbida de manter essas leis ou disposições. É importante distinguirmos bem o significado de polícia, principalmente quando falamos em polícia comunitária. Acredito que devemos empregar o termo *politeia* derivado da palavra *ta politika* – que deriva do grego polis que significa cidade – mas de uma comunidade organizada politicamente. Para nós a *Politeia* é no sentido de cidade em que pessoas vivem com determinados comportamentos e de determinados modos – cidade formada pelos cidadãos que são os *polités*, homens nascidos no solo da cidade, livres e iguais. Sabe-se que a função de polícia há muito tempo já vinha sendo exercida, mas que com o advento do capitalismo, da Revolução Comercial entre os séculos XV e XVII e com o início do Estado Moderno, ganha-se força e forma. Com a progressão dos burgueses, nos centros urbanos no século XVI, marco da existência do Estado Moderno, surge a *polícia*, considerando três fatores: sociomaterial, que se referia ao discurso econômico e prática comercial; cultural: opinião pública e crítica das formas tradicionais de controle de manifestação de pensamento; jurídico: surgimento da administração pública. Mas é bem verdade que não há consenso

quanto á origem das polícias no mundo. Mas há fatos históricos que dificilmente haveremos de contrapor, por exemplo na França, durante a Idade Média, os militares eram encarregados de toda a segurança, interna e externa, sem nenhuma divisão de função. Havia a *marechausée* que compreendia os *marechais*, militares encarregados pelo rei de patrulhar e defender a população contra ladrões de estrada. Que mais tarde, com o advento da “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, em 1789, impulsionados pela Revolução Francesa, a “*marechausée*” cedeu espaço a “*Gendarmerie*”, que inspirou o surgimento de policiais em outros países. No Brasil há a hipótese de que a ideia de polícia no Brasil tem registro em meados de 1500, quando D. João III resolveu adotar um sistema de capitânias hereditárias com fins de estabelecer a administração, promover a justiça e organizar o serviço de ordem pública, mais precisamente, em 1530. Há relatos de que a polícia mineira tem origem no regimento de cavalaria de Minas Gerais em 1775, quando cabia à força policial guarnecer e guardar as reservas e minas de ouro descobertas na região. E a versão mais aceita quando da fuga da família Real lusitana para o Brasil em meio à expulsão do solo lusitano pelas tropas napoleônicas, uma das primeiras medidas adotadas pelo rei D. João VI foi a criação da Guarda Real de Polícia no Brasil, um segmento do que já existia em Portugal, tornando-se a polícia da Corte no Rio de Janeiro. Um registro interessante – em 1835, por um decreto imperial foram criadas a maioria das polícias brasileiras, entre elas, a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Ao longo da história, desde sua criação ao advento da Constituição Federal do Brasil de 1988, a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso esteve sempre ao lado dos governos que se revezavam no poder, mantendo seu distanciamento da população. Não encontramos algo significativo que pudesse corroborar o assunto Polícia Comunitária, que ganha força com o advento da Constituição Cidadã – que promove uma redemocratização do país, abertura política e participação democrática, que surgiu como algo a ser solidificado e que mais tarde se firmaria no Estado Democrático de Direito. Há uma definição do papel das polícias brasileiras e envolvimento da população na seara da segurança pública. Então o assunto pautado pelo viés conceitual da Polícia Comunitária é bastante recente dada aos anos de existência do Brasil, merece maior tempo para estudos, entendimento e projeções

com implementações de políticas públicas de segurança. Não se pode, da noite para o dia, entender que o simples copiar modelos de polícias de outros países e tentar implantá-los aqui no Brasil daria certo, sem levar em consideração os multifatores sociais, culturais, jurídicos, religiosos, comportamentais da sociedade brasileira. Uma sociedade que ainda tem presença forte da sociedade patriarcal herdada dos tempos de colonização. Levar-se anos, décadas e centenas de anos para se alterar o comportamento da sociedade, sobretudo, quanto ao capital social coletivo e gregário – como civismo e associativismo. Como explicar que após 18 anos de implantação do projeto de polícia comunitária em Cuiabá alguns moradores (76,28%) afirmam não conhecer o projeto de Polícia Comunitária do seu bairro? Talvez porque o assunto somente é considerado importante quando tornam-se vítimas de algum ato violento e criminoso – daí espera-se um atendimento célere, restabelecimento da tranquilidade e ressarcimento do que lhe foi subtraído. Demonstram um comportamento extremamente individualista, ao contrário do comportamento coletivo, exigido no projeto de Polícia Comunitária, pelo viés teorizado por Roberto Trojanowicz.

RHM – Muito obrigado pela entrevista!

ENTREVISTA



Ten Cel PM Fernanda Leonel Machado
Mestra em Educação - UFMT

Entrevistado por Sebastião Carlos Rodrigues da Silva
em 12/10/2018

RESUMO BIOGRÁFICO

Fernanda Leonel Machado, nascida e Goiânia/GO. Filha de Maria Cláudia Leonel Machado, casada, tendo como esposo Raimundo Francisco de Souza. Possui graduação pela Academia de Polícia Militar Costa Verde (2001). É especialista em Gestão de Segurança Pública pela APMCV/UNEMAT. Mestra em Educação pela Universidade Federal de MT, tendo como título de sua dissertação, "Tessitura da Individuação: como o Aluno a Oficial da Academia de Polícia Militar do Estado de Mato Grosso se torna o que é", membro do Grupo Estudos de Filosofia e Formação EFF/IE/UFMT. Atualmente é Tenente Coronel PM - Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Tem experiência na área de Defesa, com ênfase em Polícia Militar, tendo e seu reconhecimento a seguintes medalhas: Medalha de Tempo de Serviço(10 anos); Medalha Major Ramos de Queiroz (Dedicção ao Estudo); Medalha Mérito Homens do Mato. Considerações: A mulher tem conquistado cada vez mais seu papel na sociedade brasileira, por conseguinte, na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Inicialmente, conseguiu o direito de ser Policial Militar, integrando o Quadro de Praças. Em seguida,

conseguiu galgar o Oficialato. O próximo passo foi o direito de chegar ao posto de Coronel PM e desempenhar todas as funções inerentes ao Policial Militar. É preciso reconhecer a labuta feminina para chegar onde está. Na PMMT não poderia ser diferente. A mulher policial militar tem provado sua capacidade de trabalho e sua competência. É uma atividade árdua e por demais complicada a dessas mulheres que escolhem defender a sociedade e também são mães, esposas e donas de casa. A dupla jornada de trabalho é a realidade também das mulheres militares. Desta forma, é preciso reconhecer como excelência o fato das mulheres sobressaírem nesta profissão, são as mulheres militares provando sua importância neste contexto e que competência está além do gênero.

RHM – Inicialmente o que levou a Senhor a desenvolver uma pesquisa em âmbito de pós-graduação stricto sensu que reportasse a individualização do aluno Oficial da Academia de Polícia do Mato Grosso?

Primeiro se faz importante corrigir uma questão recorrente quando alguém se depara com o tema da minha dissertação, trata-se do termo “individuação”, sempre confundido com “individualização”. Individualizar traz a ideia de particularizar, tornar individual, diferente de outro, distinguir em relação a algo. O conceito individuação abordado no texto encontra sua definição na filosofia de Gilbert Simondon e se desenvolve, no texto, ancorada em preceitos de Gilles Deleuze e Nietzsche. Lanço um olhar não para o indivíduo pronto, mas sobre o “tornar-se”. O ponto de partida é o princípio de individuação, passando pela operação de individuação, até a individuação. Verto o olhar sobre o processo, a constante transformação, a mudança, a individuação diz respeito à aparição de fases no ser. Este indivíduo exposto às variações do meio e frente à sua própria transformação está em processo de individuação, o que remete à constituição de si, o que na pesquisa pode ser entendido como “tornar-se o que é”, conceito nietzschiano. Não há estática ou definição do ser, mas uma fase do ser, uma profusão de intensidades e forças, transformações incessantes, potências de vida. Aqui é possível entender como algo que é comum a vários pode se tornar único, é a interação deste processo ao meio, onde as intensidades se diferenciam de acordo com a experiência de cada indivíduo, a individuação.

A par do conceito de individuação, questiono a ideia de identidade tão

valiosa à Instituição PM. O desejo por um grupo coeso, a necessidade de rigidez técnica e ideológica. Pergunto-me como isso ocorre frente ao constante processo de individuação e busco situar minha pesquisa nesse “tornar-se o que é”, policial militar e a singularidade do indivíduo. A metodologia utilizada na pesquisa é a Investigação Otobiográfica, desenvolvida pelo Professor Silas Borges Monteiro - UFMT a partir de seus estudos do filósofo argelino Jacques Derrida. Por este método encontro a oportunidade de dar voz a essa individuação do policial militar, ouço a escrita em textos produzidos em Oficinas de Transcrição realizadas com Alunos a Oficiais do 3º, 2º e 1º anos da Academia de Polícia Militar Costa Verde, no ano de 2015. Os alunos produziram textos sobre suas vivências a partir de outros textos lidos na oficina. Estes textos foram auscultados em conformidade com a metodologia, buscando as tensões e forças que os compõem, a constituição de si, o estilo de ser policial militar, o “tornar-se o que é”. Se há um resultado nesta pesquisa é a possibilidade de estabelecer que as ressonâncias dos textos produzidos dão notícias de que a tecnicidade e formalidade presente no ensino policial militar não impedem o desenvolvimento das individualidades, mas, à sua maneira produzem diversas formas de ser Oficial da Polícia Militar de Mato Grosso.

RHM - É possível desvencilhar o profissional de polícia militar com o profissional do Exército Brasileiro? Considerando as trajetórias das instituições e sua influência na formação do profissional de cada instituição?

Sobre a diversidade existente entre o profissional policial militar e o militar do Exército, penso que a diferença está na própria constituição da natureza do serviço estabelecido para cada profissional, em que pese a natureza militar de ambos. A diferença está estabelecida pela palavra “policial”, a etimologia desta palavra desvenda sua principal vocação, a de guardar e manter a ordem em determinada região ou polis. A característica militar atribuída à Polícia Militar pelo artigo 42, da Constituição de 1988, guarda diferenças substanciais quanto sua efetiva aplicação nas Instituições Estaduais e Federais. Guardadas as proporções em que o militarismo se manifesta em cada uma dessas esferas, a Policial Militar transita no meio civil com a desenvoltura de quem tem a responsabilidade pelo cuidado imediato. Neste sentido, a formação do militar estadual requer um olhar menos

beligerante, condicionado à função que irá exercer diuturnamente, não necessariamente ligada à conquista/defesa de território. É obvio que haverá diferença no militarismo desenvolvido por cada uma dessas Instituições. Esta diferença, todavia, não se aplica à legislação, que alcança igualmente os militares dos Estados e da Federação. Esta essência militar esta muito presente na formação policial militar, onde as normas e regulamentos são elevados à máxima potência com o fim de “moldar” o profissional à pratica de seu mister. É possível dizer que, na formação, os profissionais de ambas as Instituições estão sujeitos aos princípios militares em sua essência. A atuação profissional na Polícia Militar dissolve a rigidez das relações, o métier exige certa flexibilização, portanto, a hierarquia a disciplina passam a funcionar mais como instrumento de ações coordenadas que efetivo controle.

RHM - *Na PMMT podemos asseverar que houve uma busca em inovar o seu sistema de ensino, seguindo um movimento nacional que buscou uma formação ou educação mais cidadão ao profissional das instituições policiais, tudo alinhavado à garantia dos direitos dos cidadãos e não somente como preparo ao “combate ao inimigo”. Como explicar a dualidade nessa formação com o homo hierarchicus hierarchicus (Pierra Leinner)?*

A Polícia dos Estados nasceu sob o signo militar, muito ligada à defesa territorial, as chamadas Forças Públicas. Neste sentido têm íntima ligação com o Exército, herdando toda sua tradição militar. Este caráter foi reforçado durante o período de exceção, especificamente pelo Decreto-Lei nº 667/1969, que elevou as polícias ao status de “Força Reserva e Auxiliar do Exército”. A Constituição Cidadã nos legou a “polícia ostensiva e a preservação da ordem pública”, mantendo o caráter militar da Instituição. Este ponto é muito importante para o entendimento da importância deste “status quo militar”, o Estado Brasileiro manifestadamente decidiu sobre a necessidade de manter uma polícia militarizada. É com base nas pesquisas realizadas que afirmo o fato de que, ao Estado, não interessa uma polícia não militar. A condução de tropas, o controle de efetivo, a disponibilidade para o trabalho, ou seja, a tradição militar da Instituição é o grande diferencial na prestação do serviço oferecido pela Polícia Militar. A roupagem “mais cidadã” não lhe diminuiu a

tradição, entendo que apenas lhe conferiu o status necessário ao momento, pois manteve arraigados traços fortíssimos de suas origens históricas, mantendo vigentes leis e normas redigidas à época. A formação policial militar sofreu modernização quanto à premissa da garantia dos direitos e garantias individuais do cidadão, buscase desenvolver o senso de dever de proteção social, não combatemos o inimigo, agimos para preservar a ordem. Neste cenário está inserido o homo hierarchicus hierarchicus, descrição feita pelo antropólogo Piero Camargo Leinner para designar a hierarquia como fato social. Aqui o autor se questiona sobre como se definir quem é e quem não é militar. Encontra como precedente, além da inequívoca aparência, definida a partir do traje, cabelo, gestos e postura, o pertencimento a uma força pública militar. Esta força tem na hierarquia e na disciplina seus princípios norteadores, portanto o militar - homo hierarchicus hierarchicus - por natureza está situado na estamental divisão hierárquica de sua Instituição. Todavia, há um requisito maior para assim o definir: o fator social. Esta na maneira como se percebe e se é percebido socialmente, uma identidade contrastiva: nós militares e os “outros” não militares, os paisanos. Eis o ponto que o situa. Portanto, o homo hierarchicus hierarchicus, em se tratando de Polícia Militar, deve ser a nota perfeita entre a preservação da ordem pública e a garantia dos direitos individuais, através do exercício da força legítima.

RHM - Qual a principal contribuição que sua pesquisa científica e acadêmica traz para a tríade instituição policial - universidade - sociedade, e quais implicações, a priori, relevantes traz para o processo formativo profissional da PMMT?

Observando a rotina militar da formação policial sempre me questioneei sobre a possibilidade de enxergar nomes e singularidades em um ambiente onde se busca identidades, ou seja, onde se espera uniformização e extirpação de estilos. É um texto fabricado em primeira pessoa, que busca na filosofia da diferença a discussão sobre a programação em massa de nossos policiais militares. É também uma provocação ao método clássico de pesquisa, onde se busca metrificar e quantificar resultados. Há apenas a abertura para perspectivas, possibilidades de engendramentos, busca a possibilidade de construção de caminhos metodológicos singulares. Em nenhum

momento estive a procura de uma verdade ou garantia. Foi muito importante romper com a tradição metodológica, trazendo para os estudos policiais militares a prática de leitura de textos buscando inspiração para o desenvolvimento crítico de outros textos, a transcrição artística em ambiente militar. Não foi surpresa os textos cheios de vida e potência descrevendo a rotina acadêmica, a busca do “tornar-se” Oficial PM. Isso demonstra que, mesmo em ambiente onde se busca o controle e formalidade, há espaço para a individualidade. Que a diferença persiste e se exprime em cada estilo desenvolvido na formação policial e isto não é passível de métricas ou dosagens. É, antes de mais, nada o fruir da individuação. Se existe uma certeza no texto, o que não é sua pretensão, é que o processo formativo PM escapa à individuação. Não há uniformidades, senão sua rasa aparência, o que não inviabiliza o estilo militar de formação. A absorção da hierarquia como fato social, possibilita ao Oficial PM direcionamentos importantes no exercício profissional.

RHM - Deixo um espaço para o Senhor fazer qualquer outra manifestação sobre parte do seu trabalho acadêmico que ficou esquecido nas perguntas lhes dirigidas?

De maneira geral, o ensino policial militar não é questionado na produção textual dos cadetes durante a pesquisa. Os participantes da pesquisa entendem a estrutura militar da polícia e assimilam esta característica de forma positiva ou até indiferente. O que está em questão nos textos são as relações travadas neste ambiente. Falam de tensões, dão notícia de que a prática é diversa da teoria.

O militarismo pode ser entendido como uma “ferramenta” importante para a construção do profissional que irá lidar com segurança pública. Foi demonstrado que esta característica decorre de lei e busca a padronização de ações, ditando regramentos no intuito de especificar e delimitar um campo que é demasiado abrangente.

Estes regramentos não podem ser utilizados como ferramenta única de coerção, não evidenciando seu princípio primeiro de padronização de ações profissionais. A coerção é inerente a própria força da lei, quando ela assume o protagonismo da ação, é preciso pensar. Há deformação quando se utiliza a lei para justificar uma ação pessoal. As relações na Academia de Polícia Militar decorrem de

lei. Os regulamentos militares ditam as ações entre superiores e subordinados, estas sempre baseadas na camaradagem e no espírito de união. Estes princípios devem ser os norteadores das relações. A lei não pode ser subvertida sob o argumento de sua própria aplicação. A percepção desta afirmação é uma grande conquista deste trabalho.

Não se teme a formação militar, ela é inerente à própria profissão e entendida como extremamente necessária. O elemento individual presente na própria condução formativa precisa ser modulado, com a finalidade de preservar as relações sadias e o conhecimento.

Colocando-me à margem aposto na desconstrução como possibilidade de enxergar esse complexo modelo de relações – o militar. Gesto implosivo de expandir aos limites da própria Instituição (o foco é interno), não se busca a destruição, mas aberturas de fendas necessárias que provocam uma nova maneira de pensar.

RHM - *Senhora entrevistada, gostaríamos de registrar suas considerações finais.*

A busca do tornar-se não se restringe a um fim, o indivíduo pronto. Prefiro me referir ao inacabamento, tornar-se é movimento, desejo, multiplicidade. Não me serve, então, apenas definir quem é o Aluno a Oficial da Academia de Polícia Militar Costa Verde, antes desejo saber das forças que movem seus instintos, o que quer esta vida vivida? A formação policial militar carrega a especificidade, multiplicidades de instintos, estilos de individuação. Antes de a Instituição admitir uma uniformidade (identidade), precisa voltar os olhos para a multiplicidade, vendo que a formação não (re)produz cópias, mas diversas maneiras de ser Oficial da Polícia Militar de Mato Grosso.

RHM - *Muito obrigado pela entrevista!*

ENTREVISTA



Major PM Almir de França Ferraz
Mestre em Educação Física - USJT-SP

Entrevistado por Josemy Brito da Silva em 02/10/2018

RESUMO BIOGRÁFICO

É doutorando em Educação Física pela USJT-SP (bolsista), cuja linha de pesquisa é voltada para prevenção e promoção da saúde, fisiologia do exercício, cinesiologia e escola, atuando no treinamento físico, fisiologia do exercício, cinesiologia, biomecânica. É mestre em Educação Física possuindo especialização em Educação Física Policial Militar; Pós-graduado (lato sensu) em Gestão em Segurança Pública - Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da PMMT; é bacharel em Segurança Pública; Possui Cursos voltados à saúde e fisiologia do exercício, bem como, cursos Nacionais na área de Segurança e gestão Pública. É professor em Cursos de Graduação e Especialização desde o ano de 2011, integra o corpo docente da IES PMMT, fazendo parte da coordenadoria pedagógica da PMMT; Possui Publicações em revistas. Atualmente é Major da Polícia Militar e exerceu as funções de

operacionais e administrativas na PMMT no interior do Estado e Capital. Integra os quadros da Polícia Militar de Mato Grosso desde 27 de outubro de 2003, nos postos de 2º Tenente PM, 1º Tenente PM, Capitão PM e Major PM; tem experiência na área de Educação Física, Defesa e Gestão Pública.

RHM – Inicialmente, perguntamos: O que levou o Senhor a abordar e desenvolver uma pesquisa em âmbito de pós-graduação *stricto sensu* com o tema: Fatores de risco associados às doenças metabólicas e cardiovasculares em Policiais Militares do Estado de Mato Grosso?

Antes de responder o que me levou a abordar e desenvolver a minha pesquisa de mestrado, retorno à minha trajetória na Polícia Militar, por que existe um contexto até chegarmos à resposta dessa pergunta.

Na minha carreira policial militar sempre fui focado em praticar atividades físicas, por gostar dos treinamentos físicos militares e desenvolver a capacidade física com foco na qualidade de vida dos membros da Segurança Pública, bem como, falar, conversar e discutir acerca dos assuntos que envolvam Educação Física. Com o objetivo de concretizar esse desejo de contribuir na melhora da saúde dos policiais militares é que decidi qualificar-me, logo, cursei, no ano 2011, o Curso de Educação Física Policial Militar na Academia Policial Militar do Guatupê – APMG, na Polícia Militar do Paraná e a Pontifícia Universidade Católica – PUC PR.

E fui designado para o Centro de Formação e Afeiçoamento de Praças – CFAP, que atualmente, é Escola Superior de Formação de Praças da PMMT – ESFAP. E observei que ingressavam policiais militares (Oficiais e Praças) em cursos de formação e aperfeiçoamento que apresentavam limitações físicas decorrentes do sedentarismo, lesões e fatores de risco. E acreditei que o estudo desses fenômenos relacionados à saúde física que ocorrem com policiais militares poderia alcançar respostas com cunho científico, principalmente, com relação ao desenvolvimento dos fatores de risco cardiometabólicos, que é um assunto pouquíssimo abordado em policiais.

E tive uma excelente experiência de ser docente na APMCV, podendo compartilhar momentos de ensino-aprendizagem com os alunos-a-Oficiais PM, mas

o que chamou a atenção foi de constatar que alguns dos discentes apresentavam disfunções orgânicas leves durante e após as sessões de treinamento físico, ocorrências de lesões e quadros de desestímulo à prática de atividade física sendo perceptível a possível ocorrência de fatores de risco, em um pequeno grupo de Al Of PM, que por meio das intervenções nas aulas conseguíamos diminuir a ocorrências desses aspectos negativos, conscientizá-los da maneira correta de viver de forma saudável e encaminhá-los caso necessário aos outros profissionais para a continuidade da intervenção.

Os Cursos de Formação de Soldados da PMMT foi uma lição de vida e importante experiência profissional, com trabalhos desenvolvidos em conjunto com outros professores, nossos Comandantes (superiores hierárquicos), funcionários civis, Oficiais e Praças experientes, que trouxemos um panorama enriquecido, pedagogicamente, para a formação desses profissionais, ao passo que observava os aspectos físicos e psicossomáticos dos Alunos a Soldados PM que possuíam intersecção com os diferentes estilos de vida desse público.

E no Curso de Formação de Sargentos da PMMT foi o fato que mais trouxe o interesse de investigar sobre os fatores de risco e a inatividade física, por que os cursandos apresentavam várias condições de lesões, incapacidades e evidências relacionadas aos fatores de risco culminando no meu interesse de pesquisa nessa temática, que em tese o desenvolvimento de doenças pode incapacitar o policial militar à execução da atividade laboral comprometendo sua avaliação funcional.

Ressaltando também que as experiências de docência em aulas com bombeiros militares e policiais civis que me ajudou a compreender as diferentes dinâmicas de trabalho dos membros da Segurança Pública e estilos de vida que podem impactar positiva ou negativamente nesse público.

Ao concorrer vaga de aluno regular fui aprovado no programa de pós-graduação em Educação Física pela Universidade São Judas-USJT, no ano de 2015, no qual pude discutir esse assunto com meu Orientador Professor PhD Aylton Figueira Júnior e outros professores da Universidade da USJT, USP, UNINOVE e MACKENZIE, que amadureci o meu entendimento sobre o fenômeno e as técnicas científicas em identificar os fatores de risco metabólicos e cardiovasculares em

policiais militares da PMMT.

E a intenção quando terminei o curso Educação Física no Paraná era focar centralmente na aptidão física de PMs, no entanto, a minha concepção ampliou e passei a analisar, na Pós-graduação, o estilo de vida e inatividade física de policiais militares associados às condições somáticas/antropométricas, socioambientais, qualidade de vida, nível de atividade física, sono e o desenvolvimento dos fatores de riscos.

RHM – Percebemos que em vossa pesquisa, o senhor descreve a importância do tema Educação Física para a profissionalidade policial militar, partindo de uma análise sobre os fatores de risco associados às doenças metabólicas e cardiovasculares. Para o senhor qual a conclusão e contribuição das análises para o policial militar?

No estudo foi realizada uma descrição da amostra e comparação entre diferentes funções policiais militares (patrulhamento ostensivo e especializado). Conclui-se que a atividade física é imprescindível para melhora da qualidade de vida e condição de saúde, porém esse profissional que conscientizar que todo conjunto dos aspectos de sua vida (físico, psicológico, sócio-ambiental, ocupacional e estilo de vida) determinará no desenvolvimento de doenças crônicas não comunicáveis.

As contribuições das análises da pesquisa direcionam que os fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas metabólicas e cardiovasculares têm uma intersecção/associação com o estilo de vida dos policiais militares do patrulhamento ostensivo e especializado.

No estudo refletimos sobre as peculiaridades do trabalho do Policial Militar, para tanto, buscamos, inicialmente, descrever os elementos que compõem o processo de trabalho policial militar sobre os fatores que interferem nessa ocupação, principalmente, na saúde física de policiais no mundo. Na sequência, problematizei o trabalho do policial militar, caracterizando o cotidiano de execução dessa atividade no Estado de Mato Grosso pelas intempéries na realização do serviço de policiamento ostensivo e especializado.

Após, destacamos o caráter determinante do estilo de vida na condição de saúde desses profissionais delineando sobre os fatores pessoais, comportamentais e

ambientes que influenciam na saúde física e psicossomática, que podemos destacar os processos intervenientes que são: desgaste profissional, elevada carga de trabalho, violência, traumas, estresse, transtornos, traumas, fatores de risco, atividade física, inatividade física, consumo de álcool, tabaco, sono, domínios da qualidade de vida, doenças e relações sociais e ambientais.

E após essas considerações focamos em trabalhar no recorte do estudo nas análises dos estilos de vida, nível de atividade e inatividade e aspectos ocupacionais para retratar o quadro de risco de policiais militares na perspectiva da saúde física.

Os resultados das análises demonstraram que os policiais militares especializados tem “menor risco” em relação aos policiais militares do patrulhamento ostensivo, pois estão menos expostos aos riscos de DCNC’s possuindo melhores indicadores de desempenho físico, identificação e associação dos fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas cardiometabólicas.

No entanto, 80% dos policiais militares possuem riscos de desenvolverem doenças cardiometabólicas por motivo do comportamento sedentário. Os grupos de PMs que não atingiram os índices mínimos de atividade física são justificados no estudo pela própria dificuldade de conciliar o tempo serviço policial para dedicarem a pratica de atividade física e desestímulos. Esses profissionais permanecem longos períodos sentados em viaturas com posições ergonômicas errôneas, é um fator preocupante da inatividade física desse público, que influencia no desenvolvimento patologias metabólicas e cardiovasculares.

A análise para identificar os fatores de risco em policiais militares ocorreu por meio do estudo do estilo de vida e identificou, no primeiro momento, os seguintes fatores de risco: inatividade física, uso de tabaco, consumo de álcool, hábitos alimentares não saudáveis, adiposidade e circunferência abdominal (obesidade abdominal). A inatividade física foi o fator de base para análise das associações dos comportamentos de risco e as principais co-morbidades no estilo de vida de policiais militares podendo desenvolver diabetes, hipertensão e dislipidemias determinadas por análises de associações, correlações e multivariadas com elevadas chances de risco, que podemos afirmar por exemplo: que a inatividade física foi responsável por afetar em 39,0% na saúde dos PMs e a soma dos fatores de risco: circunferência

abdominal com hábitos alimentares não saudáveis e a inatividade física foi um comportamento de risco que pode desenvolver em 48,0% a chance de desenvolvimento de doenças crônicas não comunicáveis, são alguns dados importantes da pesquisa que afetam à saúde de policiais militares.

O objetivo de estudo foi compreender as interações por meio de diferentes estilos de vida que podem ou não desenvolver o risco de doenças cardiometabólicas em policiais militares. E na minha pesquisa tive a capacidade de refletir sobre o fenômeno que identificamos os fatores de risco preponderantemente para o possível desenvolvimento das DCNC's que indicaram risco para ambos os grupos de PMs com fortes evidências pela pouca frequência de atividade física e comportamento sedentário, uso de tabaco, consumo de álcool, elevado índice de adiposidade, hábitos alimentares não saudáveis, que são fatores de co-morbidades significantes para o risco à saúde, potencializadas quando os fatores de risco em análises multivariadas foram somadas para cada policial militar que demonstrou fortes associações à diabetes e hipertensão.

RHM - Houve dificuldade em realizar a pesquisa e as aplicações dos questionários com os policiais nas unidades da Polícia Militar?

Sim, tive dificuldades em realizar a pesquisa, principalmente na realização dos testes nos policiais militares. As coletas foram realizadas com policiais militares do patrulhamento ostensivo (3º BPM) e policiais militares especializados (BOPE), no entanto as dificuldades de coletas nessas unidades foram diferentes.

Apoio:

Todos os Comandantes do 3º BPM e do BOPE foram totalmente colaborativos, preocupados e autorizaram a pesquisa, dando todo o suporte, inclusive marcando formaturas com efetivo para realização das coletas da pesquisa, encaminhando os policiais para ESFAP, 3º BPM e BOPE. Dessa forma, agradeço imensamente, o apoio dos Tenentes-coronéis PM Bastos (3º BPM) e José Nildo (BOPE).

Dificuldades:

As dificuldades ocorreram nas outras etapas e encontros (pós-formaturas)

com pesquisados e em algumas faltas de PMs com relação às coletas dos testes.

1) No 3º BPM, dividi a pesquisa em duas etapas: coleta de questionários e testes. A dinâmica do serviço do policial por sempre estar na “rua”, patrulhando foi mais complicado, em localizar o PM para coletar dados, portanto o pesquisador tem percorrer a área do Batalhão para atingir os seus objetivos e outro aspecto é que uma minoria dos policiais militares, não queriam informar por completo os dados funcionais.

2) No BOPE, dividi a pesquisa em duas etapas: coleta de questionários e testes. A dificuldade em localizar o policial militar era o “tempo” em que permanecia de serviço externo ao quartel, pois o militar estadual frequentemente estava em viagens, diligências ou férias isso levava tempo para encontrá-los para coletar dados adicionais para pesquisa.

RHM - Em sua visão como, pesquisador e policial militar experiente, qual é a importância para a instituição e para o policial militar de se introduzir o conhecimento sobre os fatores de risco associados ao desenvolvimento das doenças metabólicas e cardiovasculares em policiais militares do Estado de Mato Grosso?

A minha visão e reflexão como pesquisador, na dissertação, reforçou o entendimento em acreditar que o estilo de vida e rotina do trabalho policial militar promove ao sedentarismo e o “silencioso” risco de desenvolvimento das doenças cardiometabólicas.

Um velho ditado na PMMT, em que PMs sempre reproduzir em suas conversas (não tem autor dessa expressão): “quando o policial militar vai para reserva pouco, se aproveita desse período...”, ou seja, quando o PM vai para reserva, em alguns desses, descobrem que desenvolveu doenças e se dedica ao tratamento delas. Bem, essa expressão da caserna, o estudo traduz de forma científica o que em sua grande parte ocorre com policiais militares que seu estilo de vida, inatividade física e aspectos da rotina de ocupacional e ambiental podendo repercutir negativamente na saúde de policiais militares levando ao desenvolvimento das DCNC’s e até a morte prematura.

Portanto, extraindo do meu estudo posso elencar alguns pontos importantes para Instituição Policial Militar e do profissional PM:

1) A importância para instituição:

a). É conhecer os principais fatores de risco que diminui a operacionalidade desses Militares Estaduais, que futuramente pode desenvolver doenças. Informar os cuidados com o estilo de vida, pois são determinantes para a condição de saúde e qualidade de vida de policiais militares.

b). Adotar medidas de promoção e prevenção da saúde para essa classe de trabalhadores.

c). Planejar e implantar programas de saúde e atividade física que promova uma conscientização da necessidade de manter a vida mais ativa por meio de um estilo de vida mais saudável proporcionando, as mudanças de hábitos, aumento da qualidade de vida e das relações interpessoais melhorando as condições de saúde que permitam que o efetivo policial militar possa diminuir as associações dos comportamentos de risco que levam ao desenvolvimento das doenças crônicas metabólicas e cardiovasculares.

d). Conscientizar e estimular que a atividade física e o estilo de vida saudável tem um papel transformador na vida de seus integrantes, respeitando às limitações do seu corpo.

e). Tratar os indicadores de comportamentos de riscos de PMs com estudos adequados e encaminhá-los aos setores competentes, e que a instituição possa atuar no planejamento e intervenções para mudanças de hábitos e estilos de vida.

2) A importância para o policial militar:

a) Saber o que são os fatores de risco à sua saúde e qual estilo adequado para a prevenção à saúde.

b). Identificar os fatores de risco para podem desenvolver DCNC's (cardiometabólicas).

c). Conscientizar que seus comportamentos podem contribuir ou não para o desenvolvimento de doenças cardiometabólicas.

d). Ir, periodicamente, ao seu médico para realizar exames e consultar as orientações de um profissional de Educação Física.

e). Praticar atividades físicas de forma orientada para o desenvolvimento da aptidão física relacionada à saúde e desempenho físico.

f). Conscientizar, colaborar e difundir com os programas institucionais para que siga as orientações para a promoção e prevenção à saúde.

g). Conscientizar que a dinâmica do trabalho policial militar leva ao sedentarismo e torna sua rotina mais ativa.

h). Ser um promotor da saúde e bem-estar

RHM - Deixo um espaço para o Senhor fazer qualquer outra manifestação sobre parte do seu trabalho acadêmico que ficou esquecido nas perguntas lhes dirigidas.

Elaborar estudos voltados à temática do trabalho e saúde do Policial Militar se constitui num exercício de desafio e compromisso acadêmico que eu tenho para o meu próprio desenvolvimento profissional e com a minha Instituição Policial Militar.

Em primeiro lugar, pela associação que a Educação Física tem como trabalho Policial Militar observando desde o contexto histórico-educacional dessa área de conhecimento e a importância da atividade física para o desenvolvimento do trabalho policial militar que, de um modo geral, é instituída o papel da relevância da atividade física policial nos cursos, nas ginásticas laborais, educação física policial militar, promoção da saúde, atividades recreativas na caserna, no entanto, isso ainda não é concretizada na consciência e comportamento do PM. A Educação Física é uma atividade que eu identifico e defendo a sua correta atuação nos quartéis por promover saúde e prevenir doenças qualificando profissionais prontos para o serviço.

Em segundo lugar e, em decorrência do primeiro aspecto, sempre quis abordar o trabalho do PM, desvelando a sua complexidade, os riscos diários, principalmente, ao seu estilo de vida/inatividade física desses profissionais que, acima de tudo, enfrentam vários problemas sociais para promover a ordem e tranquilidade na sociedade. E os fatores de risco é estudo que carece uma atenção especial, na maioria das vezes, o policial militar, pode ter ou tem, um problema de saúde e não sabe, diante dos resultados do trabalho, a inatividade física tem uma

participação significativa nesses aspectos de saúde e doença, que faz parte do ramo da Educação Física.

Os resultados do meu estudo de mestrado constataam que a inatividade física pode acelerar os riscos de desenvolvimento das DCNC's e meus resultados tem coerência e fortes evidências, para que tenhamos uma atenção aos fatores primários de atenção à saúde em policiais militares com programas de intervenções com estímulo à atividade física.

É notável que destaquei nos resultados, discussão e conclusão da minha dissertação sobre a influência da inatividade física, pois fiz a análise sistêmica sobre “a questão da Inatividade física” dentro da Instituição. Por que Inatividade física e não Atividade Física? Dentro do estudo dissertativo, a inatividade física teve um maior peso na relação de risco à saúde de policiais militares e, isso faz parte da rotina de trabalho policial, cujo comportamento sedentário é significativamente preponderante, logo, a variável atividade física é muito importante no estudo para a manutenção da saúde, no entanto, só a sua análise “esconde” fenômenos relevantes para a saúde em determinados pontos analítico, no caso do “risco à saúde” que é o desenvolvimento de doenças, objetivo pelo qual me interessei a investigar.

A inatividade física é dos fatores de risco determinantes para o desenvolvimento das DCNC's em policiais militares. E para dar continuidade a pesquisa, comecei a refletir sobre as consequências desses fatores nos impactos financeiros da Instituição, ou seja, análises de custos institucional com pessoal e as intervenções por meio de estratégias inovadoras para mudanças de comportamento para diminuição de possíveis desenvolvimento das DCNC's em policiais militares, e elaborei o projeto de pesquisa na qual fui aprovado no Doutorado em Educação Física na linha promoção e prevenção em saúde pela relevância e importância para a Instituição Policial Militar cujo título é “Efeitos das estratégias inovadoras de intervenções para controle das doenças crônicas com análises do custo-efetivo da inatividade física em policiais militares: estudo clínico randomizado”.

Dentro dessa linha, iniciei a construir a minha tese com três desenhos de estudos:

1º Análise de custos da instituição e afastamento por meio da Inatividade

Física e Estilo de vida de PMs;

2º Aplicação das estratégias inovadoras de intervenções elaboradas por este Oficial PM que realizarei por um ano em policiais militares por meio de pesquisa de intervenção de ensaio clínico randomizado, que estou buscando o patenteamento do meu estudo com registro próprio nas entidades nacionais e internacionais, bem como, o reconhecimento da pesquisa pela Organização Mundial de Saúde - OMS;

3º Aplicação e inovação dos métodos para diminuição de desenvolvimento das DCNC's por meio de análises dos estilos de vida de PMs e atividade física.

Pretendo construir minha tese do doutorado nesses quatro anos de pesquisa na hipótese de aplicar as estratégias de intervenção no estilo de vida e comportamento ativo/inativo de PMs, se podemos diminuir os riscos de desenvolvimento de DCNC's e taxa de mortes por doenças cardiometabólicas em PMs e a redução dos custos e afastamentos com pessoal na Instituição PMMT.

RHM - *Senhor entrevistado, gostaríamos de registrar suas considerações finais.*

Gostaria de registrar que grato pela oportunidade em poder apresentar os principais pontos das minhas pesquisas que pode ser um ponto de partida para a conscientização, mudanças de hábitos e de comportamentos de policiais militares para promoção e prevenção em saúde!

Em nome da nobre Polícia Militar do Estado de Mato Grosso e todos os meus superiores, agradeço a oportunidade e difusão das minhas reflexões por representar a área de Educação Física e Saúde de Policiais Militares!

RHM - *Muito obrigado pela entrevista!*

ENTREVISTA



Major PM Gabriel Rodrigues Leal
Doutor em Educação - UFMT

*Entrevistado por Sebastião Carlos Rodrigues da Silva
em 06/10/2018*

RESUMO BIOGRÁFICO

Gabriel Rodrigues Leal, é cuiabano nascido em 1983. Fez todo o ensino básico e o médio no Colégio Adventista. Antes de ingressar na PMMT, no ano de 2004, foi estudante de Física (2000) e Engenharia Civil (2001-2002) na UFMT. Nesse período teve a primeira experiência como docente nas redes estadual e municipal de ensino público, nas Escolas André Avelino Ribeiro e Firmo José Rodrigues, ministrando Física ao antigo segundo grau. É casado com a advogada Mayka Paes de Barros e pai do João Vicente. É presbiteriano, cruz-maltino e tem uma biblioteca com mais de 2 mil livros. Bacharel e especialista em Segurança Pública (CFO e CAO). Mestre em Educação pela UFMT. Doutor em Educação, PUC/SP. Realiza, atualmente (2018), pós-doutorado na UFMT no grupo de Estudos de Filosofia e Formação. Estudou filosofia na UFMT (2009-2010) e na USP (2011-2013), mas não concluiu o curso. Enquanto Tenente foi Comandante da Companhia de Policiamento Comunitário de

Pontes e Lacerda, 2007-2008. Oficial-de-Área no 9 BPM (2009) do Comando Regional I (CR I) e chefe da Seção de Justiça e Disciplina do 10 BPM (2010), também do CR I. Ainda Tenente foi Comandante de Pelotão na Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV), em 2010; Chefe da Divisão de Ensino no Centro de Formação de Praças, em 2011. Em 2015, após retorno do doutoramento, foi Coordenador Pedagógico na APMCV. Em 2016, enquanto major, foi Assessor Especial do Comandante-Geral. Entre 2017-Out/18 foi Assessor Militar no Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Atualmente é Chefe da Divisão de Pós-Graduação da APMCV.

RHM – *Percebemos que os policiais militares, civis, rodoviários, federais, bem como os bombeiros militares, guardas civis, deixam de assumir algumas funções e espaços que lhes são “de direito”, a acabam sendo preenchidos por outros profissionais que acabam preenchendo com mérito essa lacuna deixada pelos “titulares”. Nessa linha de pensamento, o que se pode fazer a curto, médio e longo prazo para reverter esse quadro? As ciências seriam o caminho a ser percorrido?*

Sem dúvidas. Cito essa questão na introdução do meu livro “Fundamentos das Ciências Policiais: da barbárie à segurança pública”. Na altura me volto contra o argumento de que as ciências policiais são precedidas na análise sobre o trabalho policial pelas demais ciências humanas, em especial, a sociologia. A “sensação de segurança” é o objeto das ciências policiais, pois estas visam ajustá-la ao regime de direitos e deveres nas mais diversas sociedades. E tal, pouco se ajusta a qualquer abordagem estranha às ciências policiais. Vale lembrar: não criei nenhuma ciência com minha obra, apenas lancei luz em um campo do saber humano milenar, e sistemático em boa parte do mundo civilizado – refiro-me especificamente a Europa e aos países anglo-saxônicos. Aqui, no Brasil, onde nossa cidadania ainda não é plena em matéria de pensamento, considerando a hegemonia do pensamento de matriz crítico-progressista na universidade, é preciso fazer valer as ciências policiais que são, em regra, por sua cientificidade, não passível de ideologização. De modo geral, penso que a interlocução inter-ciências, e mais, inter-pesquisadores é saudável e penso ainda que nossas cátedras nas Escolas de formação sejam dia a dia orientadas nesse sentido: do diálogo franco e fraterno e da troca de experiências. Mas o problema da representação não se restringe as ciências tão-somente, pois elas

são apenas os veículos de órgãos de pesquisa no interior de programas de pesquisa em universidades e centros de pesquisa independentes. Estou me referindo ao direcionamento, pela exclusividade da abordagem bibliográfica, que certos pesquisadores adquirem ao colonizar a atividade policial em sede de pensamento. Você não irá ver nenhum sociólogo disciplinando a prática obstetrícia por exemplo, mas a abordagem policial, sim. Isso tem correlação com a ciência diretiva na análise do trabalho policial. Trata-se de uma emancipação acadêmica lenta, mas iniciada.

RHM – A proposta de redefinição do papel das polícias partidas da Constituição de 1988 traz mudanças significativas tanto à instituição policial e em especial ao policial. Parece-nos que aos olhos de quem propôs a redação de alguns artigos do texto constitucional, antes a população brasileira vivia mergulhada num caos social de proporções estarrecedoras, em que policiais (em especial) militares podiam tudo, violar leis, invadir casas, praticar torturas, prender quem quisesse a qualquer momento e tantas outras irregularidades. Podemos até imaginar que aos olhos desses, os policiais assim aprendiam durante a formação, ou seja, nos bancos escolares. Como o Senhor analisa e se posiciona a respeito?

É ponto pacífico de que há um pensamento antipolícia no Brasil. Somos vistos, ainda, passados trinta anos da Constituição, como “filhotes da ditadura militar” entre outros termos preconceituosos. O policial, sem sombra de dúvidas, carrega a sombra projetada por esse pensamento antipolícia muito disseminado na universidade brasileira; ainda hoje? Sim, em alguma medida menor que há 20 anos, mas ainda sim. Qual a origem desse pensamento? O pensamento crítico-marxista que é a matriz de pensamento de boa parte da nossa intelectualidade. Considerando esse fato na figura de quem construiu teoricamente a identidade brasileira, gente como Sérgio Buarque de Holanda passando por Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Leandro Konder, Emir Sader, Caio Prado Junior, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, etc. que são intelectuais que olham as polícias sob as lentes do marxismo clássico (sem a assimilação da Escola de Frankfurt, quero dizer). Ou seja, gente de peso que construiu o pensamento antipolícia sem fazê-lo explicitamente, porém, dando a medida que instituições como as polícias ao invés de promover a democracia são obstáculos a ela. Se a gente olhar para o séc. XX já para o seu fim,

imagine que o cenário tenha se diversificado. Não. Pouca coisa se altera. Você irá ver muitos e muitos especialistas em Foucault, Deleuze, Derrida, Zizek, Benjamin, Adorno, Habermas, Badiou, Negri, Honneth etc. que são pensadores de esquerda (antipolícia), mas praticamente nenhum especialista em Mises, Hayek, Rothbard, Kirk, Muggenridge, Horowitz, Sowell, Babbitt, Scruton, Peyrefitte, Jouvenel, Voegelin, Guénon, Nasr, Schuon, Lindblom, Rosenstock-Huussy, Rosenzweig, Kristol etc. que são pensadores de direita (temo que boa parte de nossos intelectuais sequer os conheça...). Isso dá um panorama de como o pêndulo é desequilibrado. Por fim, há um livro do Louis Althusser (um philosophe francês que inclusive teve problemas com a polícia: matou a mulher...), que dizia que a polícia é uma espécie de aparelho ideológico do Estado. Claro, estou sendo grosseiro na simplificação, mas ao fim e ao cabo o pensamento de matriz conservador, arraigado na ordem e na tradição, tem sido pouco disseminado no Brasil – quando muito para ser criticado; para exemplificar, faça o teste: digite “democracia racial” seguido de Gilberto Freyre no Google e você irá descobrir que há muito mais trabalhos ligados a desconstrução do conceito de “democracia racial” (aliando-o a ideia de mito) proposto por esse sociólogo conservador do que propriamente o estudo do conceito em si que ele desenvolveu. Ou seja, tudo isso culmina na diluição da noção de autoridade legítima e garantidor dos direitos humanos que é o coração da atividade policial. Ah... então não devo ler pensadores antipolícia, alguém pensaria, evidente que devemos lê-los; e muito.

RHM – *Como desvencilhar a imagem da Polícia Militar das Forças Armadas, em especial do Exército Brasileiro? Bem como desrelacionar o militarismo das forças policiais brasileiras ao ethos guerreiro que se filia em descendência àquele pretendido nas Forças Armadas e como não romper com os valores e símbolos cultuados por essas instituições a quem as polícias brasileiras se espelharam por um tempo considerável?*

Há uma certa simplificação em questões como essa. Deixa eu tentar explicar. Ainda no século XX as Forças Armadas passaram por uma sensível profissionalização dos seus quadros. A criação da AMAN em 1944, salvo engano, carregava esse ideal de profissionalizar para melhor servir: A AMAN é uma

universidade com 1600 alunos em padrão de excelência. A área de ciências militares é algo comum na pesquisa formal brasileira; a Escola Superior de Guerra recebe profissionais do mundo todo. O que eu quero dizer? Que a caricatura do militar seja das FFAA ou das PMs que atira primeiro pra perguntar depois, ou que se vê como um guerreiro medieval, espécie de herói mítico é, no mínimo, controversa; talvez existente somente na crônica folhetinesca. Lembraria do papel extremamente técnico que as FFAA desempenharam no Haiti por longos anos. Lembraria, com todos os erros e acertos, dos períodos de auxílio às próprias PMs que o Exército sobremaneira tem prestado com recursos humanos e meios logísticos, enfim. Não vejo, em regra, que esse tipo de identificação seja nociva desde que a Constituição seja o escopo; seja nosso guarda-chuva. Dessa maneira, creio que a única maneira de não rompermos com todo ideário valorativo é partilhando nossa missão constitucional como forças auxiliares, mesmo porque, é por conta disso, que ainda podemos – com justiça – avocar a singularidade de alguns direitos que hoje estão em suspenso pelas reformas; sobretudo a da previdência.

RHM - *Para o Senhor como dar-se-ia o surgimento, funcionamento pleno e continuidade de uma (s) ciência (s) policiais (is)? E como seria agregada à estrutura das matrizes curriculares que conduzem a formação profissional do policial? Há prejuízos e riscos ao propósito mister das polícias se enveredarmos nessa seara ou estaríamos diante de uma formação melhor, dadas as circunstâncias?*

Eu escrevi uma tese que virou livro para responder essa questão, mas vou arriscar uma resposta aqui. As ciências policiais comportam toda a demanda de conhecimento da policial na medida em que ela sistematiza seus diversos núcleos; seus diversos campos de conhecimento ou saber ainda não tratado com método. Explico. A área jurídica, por exemplo, o direito da ordem pública, ou o direito da segurança pública, que engloba toda a questão que vai do ato de polícia até o processo administrativo etc. tudo isso está no interior do Direito Administrativo, quando deveria ser matéria própria no interior das ciências jurídicas de polícia (uma tese que seria defendida no Direito, em princípio). A área de saúde policial, hoje concentrada no interior da Educação Física e ciências afins de maneira esparsa poderia comportar, se sistematizada com método, na área ou subárea de Educação

física policial, com todos os seus desdobramentos particulares: pense na necessidade exercícios físicos que privilegiem, por ex., a lombar do policial e dessa forma aumente a efetividade do desembarque para abordagem em viatura quatro rodas... Pense em atividades de preparo físico exclusivo a policiais, com suas especificidades. É possível vislumbrar isso fora da “saúde policial”? Vamos pegar outro campo: A administração policial-militar: dá pra imaginar como teríamos que conformar a linguagem da administração científica, ou melhor, da ciência da administração, a uma administração que ambiente os fins de nossa administração com todo o nosso repertório e especificidades? Então, temos aí, uma área completa: com toda dignidade epistêmica a nos orientar. A própria “sociologia policial” que poderia servir-se sem problemas de categorias da sociologia de modo geral mas que poderia ampliar no seu horizonte de compreensão conceitos novos. Tudo isso é ciência policial. E tudo isso deve ser organizado curricularmente. Veja. Esse fenômeno de bacharelismo que estamos vivendo é absolutamente cíclico na história das polícias; o advento do direito como pré-requisito não obsta de forma alguma as ciências policiais, do contrário, as ressalta. Vejo isso com bons olhos considerando sobretudo uma abordagem foucaultiana entre as carreiras da ordem pública e seu acomodamento estratégico no saber jurídico.

RHM - *Deixo um espaço para o Senhor fazer qualquer outra manifestação sobre parte do seu trabalho acadêmico que ficou esquecido nas perguntas lhes dirigidas?*

Que iniciativas como essa não desapareçam jamais. Que você que me lê se sinta desafiado a ler pensadores como o Cel Ubaldo Monteiro (que não escreveu apenas a história da PM), Cel Edson Rondon, Cel Alves de Castro, Cel Wilquerson, TC Mainardi e todos aqueles que legaram obras acadêmicas relacionadas a nossa atividade; que leia com regularidade os artigos da nossa Revista Acadêmica Homens do Mato. Que também escreva, enfim. Sobretudo que não deixemos desaparecer o senso histórico das dezenas de monografias e artigos que se considerados nos ajuda evitar a reincidência de equívocos, isto é, a olhar para frente considerando o passado e o presente, metodologicamente.

RHM - *Senhor entrevistado, gostaríamos de registrar suas considerações finais.*
Agradecimento, tão-somente.

RHM - *Muito obrigado pela entrevista!*

ENTREVISTA



Sub Ten PM Anderson Przybyszewski Silva
Mestre em Antropologia - UFMT

*Entrevistado por Enzi Cerqueira de Almeida Junior
em 11/10/2018*

RESUMO BIOGRÁFICO

Mestre em Antropologia Social - UFMT. Especialista em Políticas de Segurança Pública e Direitos Humanos pela UFMT. Possui graduação em Direito pela Universidade de Cuiabá - UNIC (Bacharelado). Licenciatura plena em Matemática (UNIVAG). Tecnólogo Gestão em Segurança Pública (IFMT). Membro do Grupo de Pesquisas em Antropologia do contemporâneo - Sujeitos, Sociabilidades e Visualidades - NAPLUS, da Universidade Federal de Mato Grosso. Membro do Conselho Editorial Júnior da Revista de Administração do Sul do Pará - REASP. Integra o Instituto Brasil Plural /INCT/PPGAS/UFSC/UFAM. Curso de Formação de Soldados da PMMT (1998). Curso de Formação de Sargentos (2004). Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (2011). Atualmente é Aluno do Curso de Habilitação de Oficiais Administrativos - CHOA da PMMT. É casado com a Sra. Airthes

Antonia Duarte

RHM – *Inicialmente o que levou o Senhor a abordar e desenvolver uma pesquisa em âmbito de pós-graduação stricto sensu com a temática sobre a (re)construção de uma identidade do policial militar em formação?*

Há de se destacar que, em se tratando de discussões sobre segurança pública, estamos em um momento social e político de várias proposituras de reformas políticas, e neste sentido é perceptível, no campo pedagógico, a busca de novas metodologias para melhorar a referida formação. Por esta perspectiva, pontuo que, discutir a formação de novos policiais militares é um ponto de partida a ser considerado para o estabelecimento de um outro patamar de qualidade no serviço de segurança pública, amplamente contestado na atualidade. Assim, um aprofundamento na formação dos integrantes da instituição PMMT, com o intuito de compreender os mecanismos de prestação do serviço público a toda a sociedade mato-grossense são os aspectos e características que me levaram a abordar esta temática em minha pesquisa.

Enfatizo que no campo da ciência antropológica, estudos objetivando compreender sobretudo a hierarquia interna e a composição da estrutura organizacional militar ganharam maior notoriedade pela obra de Celso de Castro (1990), que descreveu a construção da identidade militar e o universo simbólico dos militares em pesquisa realizada na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) abarcando sobretudo a formação dos cadetes (futuros oficiais) do exército brasileiro.

Neste viés, delineado na obra de Castro (1990), este trabalho objetivou direcionar o olhar “antropológico” para a formação do policial militar do Estado de Mato Grosso. Estabelecendo alguns questionamentos como norte de pesquisa, por exemplo, como ocorre a transformação do civil em militar? Existe uma cultura de formação policial? Em qual momento, exatamente, os rituais têm o poder de transformar, confirmar? Isto nos permitiu compreender, interpretar e analisar as etapas de formação de novos agentes de segurança pública.

Há de se esclarecer ainda que no estado de Mato Grosso, há alguns estudos realizados sobre a formação inicial do policial militar, entretanto voltados exclusivamente, para a formação do oficial. Em se tratando de formação de praças,

havia e ainda há um vasto campo a ser pesquisado, o que deixa claro, foi apenas dado o pontapé inicial, com a elaboração desta obra.

RHM – Percebemos em sua pesquisa que a abordagem antropológica se situa no período em que o policial militar (enquanto aluno) ainda está nos bancos escolares e há uma pausa considerável sobre os ritos de passagens desse período. Como o Senhor analisa esses ritos e sua importância na formação do profissional de segurança pública?

No campo da sociologia e psicologia o comportamento ritualista é analisado de uma forma negativa relacionado com a repetição e a compulsão vazia. Entretanto na Antropologia a concepção de rito é bem mais remota, tendo sido no seu preambulo a constituição de que nos ritos religiosos exerciam uma espécie de “representação máxima da sociedade”. Embora hoje a compreensão acerca do rito seja bem mais heterogênea e envolva uma maior variedade de elementos existentes no nosso dia a dia, quer sejam eles sagrados ou profanos.

Os antropólogos franceses E. Durkheim e A. Van Gennep reconheceram no início do século XX, a centralidade dos ritos na constituição da vida social. Para Durkheim, a sociedade só pode ser estudada através de suas próprias regras que a governam e não por meio da psicologia, pois o cerne da sociedade está localizado na “consciência coletiva”, e esta por sua vez é irreduzível aos indivíduos que compõe o grupo.

Ao estudar os ritos de iniciação temos a condição de verificar e entender suas fases marginais ou liminares bastante firmes e longas. Os ritos de separação e agregação estão mais relacionados às estruturas sociais quando comparados com os ritos de liminaridade. Conforme estudos de VAN GENNEP (2011), os rituais de iniciação, assim como todos os ritos de transição vêm marcados por três fases, quais sejam: separação, margem (ou limen) e agregação.

Tona-se imperioso entender que, é preciso analisar um rito de passagem não de forma isolada. Se fizesse isto, me afastaria de uma das características mais importantes do rito de passagem, apontada por VAN GENNEP (2011), ou seja, a sequencialidade. Os ritos de passagem devem ser analisados de forma sequencial. Cada fase que se encerra constitui no início da fase seguinte. E isso não pode fugir à

análise do antropólogo. Para ver o todo, precisamos esmiuçar os detalhes, os pormenores, as minúcias de cada uma das fases do rito de passagem. Compreender isto, me oportuniza dizer que não há um momento imprescindível. Não há um rito de passagem “mais importante”. Cada fase tem seu papel e, por isto, afirmo que cada uma das fases constitui uma parte sem a qual o todo (formação completa) não seria possível.

RHM – *O jovem recém ingresso nas fileiras da corporação policial militar é submetido a um processo de construção e desconstrução de identidades – militar e civil, como explicar os ambientes civis e militares agora frequentados pelo neófito e quais implicações na formação da identidade desse jovem, essa dicotomia de ambientes e “mundos”?*

Ao falar do termo identidade, saliento que tomo a identidade como um processo que se amolda ao de autodeterminação, na perspectiva de como o indivíduo se vê. Segundo BAUMAN (2005), seria uma espécie de “eu postulado”. Ainda neste sentido, este autor entende que é comum, ao nos referirmos ao termo identidades, que este conceito esteja relacionado às comunidades, como sendo as entidades que as definem. Por este norte, pontuo que esta definição é a que melhor define a concepção de identidade que abordo neste trabalho.

E, nesse percurso, de tentar entender a identidade do aluno do curso de formação de soldado, como algo em construção, ainda não pronto e de certo modo precário, tomo como foco questões como a sociabilidade e a subjetividade presentes no processo que culminará, depois de algum tempo, na criação de uma nova pessoa, com um novo “status”.

Entretanto, destaco alguns rituais, que foram frequentemente citados durante a realização das entrevistas, como sendo constituintes e relevantes para a “constituição” de uma nova identidade (policial militar), ressaltando que grande parte deste processo é marcado por etapas específicas, objetivos, procedimentos, técnicas, instrumentos e objetos que, inseridos no contexto específico de formação, dão sentido e efetivamente “resultam” na criação de uma nova identidade.

Em suma, a título de exemplificação o rito denominado “A conquista da farda” consiste em uma fase de transição, ou melhor denominado de margem ou

liminaridade dos ritos de iniciação. Este rito de passagem é exatamente a continuação da fase anterior. Este momento constitui um momento perigoso, pois nesta fase o indivíduo atravessa uma fase dicotômica que, guardadas as devidas proporções, seria a fase em que o interlocutor se encontra entre: o não mais civil e o ainda não militar. Tanto VAN GENNEP (1909), quanto TURNER (2005), ao se referirem a esta espécie de “não mais o que era e ainda não o que virá a ser”, a tratam como uma fase arriscada. Isto por que nesta fase (margem/liminar) estes autores afirmam que o indivíduo está em um “indeterminismo social”.

RHM - *Em sua pesquisa, o Senhor faz uma análise das nuances voltadas à formação do soldado policial militar, enquanto frequentador do curso de formação, avançando à análise meticulosa dessa formação por vários fatores, olhares e percepções. Podemos afirmar que após o curso de formação, uma nova identidade desse jovem é construída a partir desses ritos de passagens? E em sua concepção, isso corrobora ou prejudica?*

Conforme a classificação dos ritos de passagem delineada por VAN GENNEP (2011), os ritos de margem correspondem a acontecimentos formativos relacionados ao que se refere à prática de hábitos, regramentos específicos da nova identidade do sujeito, o que serve para robustecer o seu pertencimento ao novo grupo (militar) e o afastamento do grupo anterior (civil).

VAN GENNEP (2011), vincula claramente o termo “margem” no rito de passagem à situação peculiar de “transacionalidade” a que o indivíduo está submetido. Para compreender quem está submetido à fase de margem, este autor enfatiza: “Qualquer pessoa que flutue entre dois mundos. É esta situação que designo pelo nome de margem” e, continuando, define os ritos liminares com sendo: “ritos executados durante o estágio de margem” (VAN GENNEP, 2011). A fase de margem se caracteriza pela realização de cerimônias, o que me faz entender como sendo uma etapa da formação de soldados na PMMT. Estes ritos de passagem, estudados um a um, possibilitam compreender como se opera o processo de separação do indivíduo que era civil e ingressa na vida militar. Faço esta afirmação centrado no fato de que cada um dos ritos de passagem enfatizados por VAN GENNEP sublinha um determinado aspecto envolvido na passagem.

Por esta perspectiva, aquiesço que, em uma visão geral, a fase de margem do rito de passagem tem o intuito de estabelecer uma maior consistência à função de militar, suas mazelas, suas intempéries. Entendo também que existe claramente um viés de união do grupo na fase de margem. Sou categórico em afirmar isto porque, durante a observação participante, notei por parte dos graduados/oficiais que conduziam o rito, um tom carregado de aspectos morais/motivacionais e eivados de palavras de união do grupo, isto a meu ver é que constitui sua nova identidade.

RHM - *Deixo um espaço para o Senhor fazer qualquer outra manifestação sobre parte do seu trabalho acadêmico que ficou esquecido nas perguntas lhes dirigidas.*

O centro desta pesquisa esteve voltado para o processo de formação dos ingressantes como aluno soldado da PMMT. Em que pese assinalar que, para entender como ocorre o processo de formação inicial, considerarei alguns rituais que acontecem durante o curso de formação, os quais foram citados pelos interlocutores como sendo os momentos em que se operacionaliza a mudança de identidade anterior “civil” para a atual “militar”.

Segundo Foucault (1999) “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado.” E, isto é colocado em prática, na sua totalidade durante o Curso de Formação de Soldados da PMMT.

No que se refere aos desafios e dificuldades enfrentados no curso, destaco a existência e recepção “currículo oculto na formação”, que incluía exercícios pesados até tarde da noite, pressão psicológica, alguns apelidos pejorativos, infelizmente ainda muito presentes na formação inicial de soldados na PMMT.

RHM - *Senhor entrevistado, gostaríamos de registrar suas considerações finais.*

Utilizo este espaço para agradecer a instituição PMMT, na pessoa do sr. Cel PM RR Edson Benedito Rondon Filho, a época Diretor de Ensino Instrução e Pesquisa da PMMT, que me dispensou todo o tipo de auxílio/orientação/apoio na elaboração deste trabalho, reconhecendo como sendo de interesse institucional aquele “embrião de pesquisa”, que hoje

tornou-se realidade.

A mesma inquietude que me veio à mente, no momento de elaborar meu projeto de pesquisa, espero que se materialize em outros militares estaduais, e almejo que esta obra seja corroborada por outros pesquisadores que como eu procuram estudar, entender e tentar modificar o cenário de atuação profissional em que estão inseridos.

Agradeço sobretudo aos meus interlocutores, a época todos Alunos Soldados, militares que recém ingressos na instituição, entenderam, acreditaram e aceitaram participar das entrevistas em seus mais variados horários e locais, dentro de uma rotina extenuada de atividades no curso de formação.

Finalizo, com o provérbio atribuído aos chineses, mas que li a primeira vez no livro “A Cidade e as Serras” de autoria de Eça de Queirós, em que o autor escreve que todo homem para ter sua obra completa na terra deve: “Plantar uma árvore, ter um filho e escrever um livro”, ressaltando que no meu caso, ainda me resta publicar o livro deste trabalho.

RHM - Muito obrigado pela entrevista!

ENTREVISTA



Cabo PM David Campos Martins
Mestre em História - UNISINOS

*Entrevistado por Enzi Cerqueira de Almeida Junior
em 12/10/2018*

RESUMO BIOGRÁFICO

Doutorando em História pela UNISINOS. Mestre em História pela Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT. Especialista em História da América Latina - UFMT. Graduado em História - UFMT. Graduado em Geografia - UFMT. Curso de Formação de Soldados (2003- PMMT). Tem experiência na área operacional da Polícia Militar onde atuou pelo período de 10 anos na Companhia de Força Tática-Rondonópolis -MT e também experiência na prática de ensino.

RHM – Inicialmente, perguntamos: O que levou o Senhor a abordar e desenvolver uma pesquisa em âmbito de pós-graduação *stricto sensu* com o tema: A formação do corpo policial na Província de Mato Grosso no século XIX (1831-1858)?

Primeiramente a pesquisa em nível de Mestrado e no nível de Doutorado se tornou uma conquista pessoal e profissional que vem sendo percorrida já alguns anos e desde o início da minha trajetória acadêmica, ainda na graduação em História, esta abordagem com este tema se fez possível em um alinhamento com a necessidade e carência de trabalhos acadêmicos na historiografia que façam uma abordagem e que contemplem a produção historiográfica policial, levando-se em conta também que a pesquisa com esta temática atende também a um anseio institucional, que é a produção de um trabalho acadêmico adotado de critérios científicos que corroborem com a reconstrução dos fatos que culminaram para a formação do Corpo Policial em Mato Grosso no século XIX.

RHM – Observar-se que a pesquisa, descreve a importância de se compreender como a instituição policial influenciou a formação da urbanidade e da civilidade em Mato Grosso, principalmente na capital da província. Que se compreende?

Dentre inúmeras funções que o Corpo Policial detinha à época de sua formação e durante o tempo que ocorre a consolidação desta instituição vários aspectos colaboram para a construção da sociedade. Numa abordagem mais minuciosa é possível observar no trato com as fontes que Força Pública em Mato Grosso, trabalha com aspectos relevantes para a sociedade dentre eles a constituição social do espaço da cidade na delimitação da província mato-grossense, destrinchando como que o espaço impôs a sua condição à época, os agrupamentos urbanos precisavam ser geridos, para que os representantes do Império pudessem fazer a gestão do Estado, e para tal, deveriam dotar o espaço local de civilidade e urbanidade. Essa se tornou a preocupação dos dirigentes da província.

Assim, esperava-se mudar a população e o quadro social, alterando o significado dos valores que a sociedade local exercia e o projeto se daria através do banho de civilidade que ajudaria a construir o Estado na melhor forma que os dirigentes poderiam imaginar.

Desta forma remontando o quadro social local, aspectos da urbanidade e da civilidade é que se consegue demonstrar a importância da formação do Corpo Policial neste período não

só em Mato Grosso, mas também no Brasil de forma mais geral uma vez que as polícias do Brasil tem seu período de constituição em geral na primeira metade do século XIX.

RHM - *Na proposta de discussão e diálogos com outros pesquisadores historiadores, em que abordam o tema Polícia Militar, há contrariedades e corroborações em pensamentos e posicionamentos? Como o Senhor define a presença do “Corpo Policial” nesse período histórico e qual a importância na História de Mato Grosso?*

Numa perspectiva de complementariedade e de continuidade da pesquisa científica é possível corroborar com outros autores que pesquisam a temática acerca da formação Policial em diferentes estados do Brasil, temos importantes nomes que contribuem e norteiam o trabalho sobre a formação Policial, como nos casos das Polícias do Rio de Janeiro e de São Paulo que são uma importante referência para a busca desse processo em Mato Grosso no período em questão.

As contrariedades ou até o frequente questionamento em alguns argumentos teóricos surgem com o aprofundamento das pesquisas e nos diálogos com as fontes, mas é algo que pertence a historiografia em geral, que busca sempre atender com os questionamentos as inúmeras possibilidades que a pesquisa histórica pode apresentar, os diálogos entre pesquisadores favorecem para o enriquecimento e o fortalecimento da pesquisa científica, pois, para comprovar uma nova ou divergente argumentação teórica é necessário que esta seja devidamente comprovada, principalmente pelas fontes que são trabalhadas.

O corpo Policial no período histórico em questão era muito recente, uma experiência muito nova e que buscava legitimar o poder do estado na sociedade local. Foi nesse período em Mato Grosso, que ocorre a entrega do Estado, ao Corpos Policiais que compuseram a Força Pública local, o monopólio da violência, que foi necessário ser usado de forma legítima para civilizar a sociedade constituindo desta forma o modelo social desejado na aceitação do Estado, homem civilizado embutido num monopólio de força pelo Estado significava para as classes dirigentes que tornariam o homem apto ao trabalho, apto a transformar o espaço e viver em comunidade.

Desta forma, interligando as funções a que o Corpo Policial apresentou para a

sociedade daquela época observa-se o quanto foi importante para a História de Mato Grosso a constituição desta instituição já que através da ação de seus agentes passariam a transformar não só as pessoas e os modos que tinham, mas também, o espaço onde viviam para justamente atender os anseios impostos pela sociedade no ato civilizatório.

RHM - *Em sua visão como, pesquisador e policial militar experiente, qual é a importância de se buscar o conhecimento de como iniciou-se a Instituição Policia Militar do Estado de Mato Grosso? E qual a contribuição aos dias atuais aos novos policiais militares que adentram aos pórticos dos centros de formação?*

O entendimento de como que ocorreu a formação da instituição Policial é importante, para que se possa observar principalmente as origens e para que desta forma entenda-se os processos que fizeram parte da constituição da sociedade local e da Polícia.

Desta forma, revendo-se estes processos pode-se refletir sobre diferentes aspectos que podem responder a questionamentos sobre como que ocorreu o processo de formação, o porque da polícia ser influenciada pela sociedade local em seus comportamentos e vice-versa. Enfim, é através do conhecimento do passado e das suas origens é que se pode compreender o presente e planejar ou idealizar de uma forma melhor o futuro.

Para os novos policiais que adentram aos centros de formação encaminho uma mensagem de otimismo para que continuem a buscar sempre mais qualificação e aprofundamento nas suas respectivas especialidades, uma vez, que a própria sociedade atual está cada vez mais qualificada e exigente, precisando que a instituição possua em seus quadros profissionais que sejam extremamente qualificados para atender à necessidade social, e sempre entendendo que uma Polícia bem formada e qualificada atende não só a sociedade mas também a nós próprios policiais que integramos esta mesma sociedade, demonstrando que nós também poderemos ser os consumidores desta própria qualificação.

RHM - Deixo um espaço para o fazer qualquer outra manifestação sobre parte do seu trabalho acadêmico que ficou esquecido nas perguntas lhes dirigidas.

Com a pesquisa ainda em construção a nível de doutoramento ainda seria prematuro exata quaisquer resultados conclusivos sobre a temática trabalhada. Outrossim, o refazimento das práticas é uma busca para compreender como se deu o processo sobre os elementos que fizeram parte da constituição do Corpo Policial em Mato Grosso em todo o liame do século XIX, delimitando a influência da Força Pública local nos principais momentos deste período para a província mato-grossense, avaliando como se deu o contexto do papel social na sociedade local. Pode-se dizer que a Força Pública instituída diretamente pela sociedade apresenta características sociais próprias estando, desta forma, influenciando a sociedade e a cultura de forma significativa, num aspecto ambíguo uma vez que a Força Pública também foi montada pelas influências sociais e culturais locais.

RHM - Senhor entrevistado, gostaríamos de registrar suas considerações finais.

Gostaria de agradecer a iniciativa do Centro de Pesquisas da Polícia Militar de dar voz a nós pesquisadores e ressaltar a importância deste trabalho de amadurecimento e de diálogo institucional com a comunidade científica pois somente com o aprimoramento das práticas e atendendo aos critérios científicos é que poderemos almejar, uma voz mais ativa para este campo científico da Segurança Pública que ainda pouco se interage com as outras áreas das ciências, acreditando nesta reformulação dos quadros de acesso da Polícia Militar que busca-se cada vez mais elevar o nível profissional do Policial que irá compor a instituição, num projeto a longo prazo acredito que os números de profissionais qualificados irão se multiplicar, e com toda certeza a qualificação é sempre sinônimo de boas práticas, policiais honestos e com índice cada vez menor de erros fatores estes compõem os benefícios que a qualificação traz aos policiais.

RHM - Muito obrigado pela entrevista!

